

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Instituído pela Lei n. 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato n. 017/2016



EDIÇÃO N. 1434 PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2022

SUMÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.....	2
DIRETORIA-GERAL.....	3
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	7
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA.....	24
15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	25
30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL.....	26
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS	27
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DOO TOCANTINS	28
8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	29
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS	30
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS	31
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL	33



A autenticidade do DOMP/TO poderá ser confirmada no link: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> ou pelo Código QR por meio da chave que se encontra no rodapé da página.

Disponível em: <https://www.mpto.mp.br/portal/servicos/diario-oficial>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 342/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando o Sistema de Plantão instituído no âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2022, conforme Ato n. 034/2020, e considerando o teor do e-Doc n. 07010468999202234,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça VILMAR FERREIRA DE OLIVEIRA, titular da Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins, para atuar no plantão do período de 12 a 22 de abril de 2022, na 7ª Regional (Arapoema, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá e Pedro Afonso), fixado pela Portaria n. 1055, de 13 de dezembro de 2021.

Art. 2º Revogar na Portaria n. 1055/2021, a parte que fixou a 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins para atuar no plantão do período de 12 a 22 de abril de 2022, na 7ª Regional.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 8 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 343/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e o teor do e-Doc n. 07010463057202261,

CONSIDERANDO que o Procurador-Geral de Justiça pode delegar suas funções de órgão de execução a membro do Ministério Público, nos termos do art. 29, IX, da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, por delegação, o Procurador de Justiça MARCOS LUCIANO BIGNOTTI para atuar nos Autos do AREsp n.

2003758/TO (2021/0347347-5) em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o feito até seus ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 344/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução CPJ n. 004/2019, e considerando o teor do e-Doc n. 07010469731202211,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a senhora GRAZIELE SOUZA BARBOSA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 3ª Promotoria de Justiça da Capital.

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a 16 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 345/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto no art. 37 da Lei Estadual n. 1818, de 23 de agosto de 2007, Ato n. 101/2017, e considerando o teor do e-Doc n. 07010468579202258,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor CLAUDENOR PIRES DA SILVA, matrícula n. 86508, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 5 a 10 de abril de 2022, durante o usufruto de recesso natalino 2021/2022 do titular do cargo Wellington Martins Soares.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 346/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e considerando o Sistema de Plantão instituído no âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2022, conforme Ato n. 034/2020, e considerando o teor do e-Doc n. 07010470068202212,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria n. 1055, de 13 de dezembro de 2021, que designou os Promotores de Justiça da 7ª Regional para atuarem no plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2022, conforme escala adiante:

7ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Arapoema, Colinas do Tocantins, Colmeia, Guaraí, Itacajá e Pedro Afonso	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
29/04 a 06/05/2022	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N. 348/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução CPJ n. 004/2019, e considerando o teor do e-Doc n. 07010466272202212,

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR o senhor KALEB SALES DE OLIVEIRA, CPF n. XXX.XXX.X21-32, como prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 4ª Promotoria de Justiça da Capital, de segunda à sexta feira, de 9 às 12h, no período de 11/04/2022 a 11/04/2024.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 19.30.1530.0000440/2022-31

ASSUNTO: ABONO PERMANÊNCIA

REQUERENTE: Marisnete Naves Batista

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ABONO PERMANÊNCIA. ART. 40, § 19, CF E LEI ESTADUAL N. 1.614/2005. TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. CONTINUIDADE. DEFERIMENTO. 1. O art. 40, § 19, da Constituição Federal, incluído pela EC n. 41/2003 e a Lei Estadual n. 1.614/2005 garantem ao segurado que completar as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por prosseguir na atividade, o benefício do abono de permanência em serviço, como incentivo ao adiamento da inatividade. 2. Tendo sido implementados em 20/09/2021 os requisitos para a aposentadoria voluntária e permanecendo a servidora em atividade, é de rigor a concessão da benesse pleiteada. 3. Pedido deferido.

Palmas/TO, data certificada pelo sistema.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

ATO DG N. 004/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99, inciso XIII, da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015, e no art. 2º, inciso I, alínea "c", do ATO n. 036, de 28 de fevereiro de 2020, com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o(s) Ato(s) referente(s) a(s) Escala(s) de Férias dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme modificações abaixo relacionadas, realizadas no mês de março de 2022.

I - ATO 033/2016-CHGAB/DG (DIÁRIO ELETRÔNICO DO MPE n. 169), de 22/11/2016.

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período Anterior	Período Novo	Motivo
129315	LEGNA HELENA PINEIRO MIRANDA	2016/2017	Época Oportuna	De 14/3/2022 até 25/3/2022	Alteração
119613	VILANY PRAZERES DA SILVA CASTANO	2016/2017	De 22/8/2022 até 10/9/2022	De 15/8/2022 até 3/9/2022	Alteração

PORTARIA DG N. 110/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 24º Promotoria de Justiça da Capital, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468321202251, de 5/4/2022, da lavra do(a) Promotor(a) de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça suso.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Lílian Cláudia de Paula, a partir de 5/4/2022, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, marcado anteriormente de 4/4/2022 a 15/4/2022, assegurando o direito de fruição dos 11 (onze) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 112/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Conselho Superior do Ministério Público, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468680202217, de 6/4/2022, da lavra do(a) Procurador de Justiça/Secretário do CSMP.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender, a bem do serviço público, por interesse da administração, as férias do(a) servidor(a) Adelma Cunha Freire de Carvalho, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, marcadas anteriormente de 11/4/2022 a 29/4/2022, assegurando o direito de usufruto desses 19 (dezenove) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 113/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Conselho Superior do Ministério Público, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468690202244, de 6/4/2022, da lavra do(a) Chefe da Secretaria do CSMP.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender, a bem do serviço público, por interesse da administração, as férias do(a) servidor(a) Elinalva do Nascimento Ramos, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, marcadas anteriormente de 18/4/2022 a 5/5/2022, assegurando o direito de usufruto desses 18 (dezoito) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 114/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 01ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468658202269, de 6/4/2022, da lavra do(a) Promotor de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça suso.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Juliana Attab Thame Grisani, a partir de 6/4/2022, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, marcado anteriormente de 4/3/2022 a 13/4/2022, assegurando o direito de fruição dos 8 (oito) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 115/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 13ª Promotoria de Justiça da Capital, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468484202234, de 5/4/2022, da lavra do(a) Promotor(a) de Justiça em exercício na Promotoria de Justiça suso.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, o usufruto do recesso natalino de 2020/2021 do(a) servidor(a) Pedro Victor de Oliveira Evaristo, a partir de 5/4/2022, marcado anteriormente de 21/3/2022 a 7/4/2022, assegurando o direito de fruição dos 3 (três) dias restantes em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 116/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Assessoria de Comunicação, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468533202239, de 5/4/2022, da lavra do(a) Chefe da Assessoria suso.

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, retroativamente, a bem do serviço público, por interesse da administração, as férias do(a) servidor(a) Ronaldo Lewis Ungaretti Mitt, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, marcadas anteriormente de 4/4/2022 a 3/5/2022, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 117/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 09ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo n. 07010468558202232, de 5/4/2022, da lavra do(a) Procuradora de Justiça em exercício na Procuradoria de Justiça suso.

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, a bem do serviço público, por interesse da administração, as férias do(a) servidor(a) Patricia Grimm Bandeira das Neves, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, marcadas anteriormente de 1/5/2022 a 30/5/2022, assegurando o direito de usufruto desses 30 (trinta) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

PORTARIA DG N. 118/2022

A Diretora-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 99 da Resolução n. 008/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ n. 036, de 28 de fevereiro de 2020.

Considerando o disposto na alínea “a”, do §1º, do art. 21, do Ato PGJ n. 092/2018, bem como o requerimento sob protocolo 07010468703202285, de 6/4/2022, da lavra do Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

RESOLVE:

Art. 1º Suspende, retroativamente, a bem do serviço público, por interesse da administração, as férias do(a) servidor(a) William Lemes Gomes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, marcadas anteriormente de 7/3/2022 a 25/3/2022, assegurando o direito de usufruto desses 19 (dezenove) dias em época oportuna.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

DIRETORIA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, em 8 de abril de 2022.

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral/PGJ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA DA 235ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
18/4/2022 – 10H

1 Apreciação de Ata;

2 Autos Sei n. 19.30.9000.0001065/2021-22 - Interessada: Promotora de Justiça Thais Cairo Souza Lopes. Assunto: Requerimento de autorização para frequência em curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Gestão e Governança do Ministério Público”, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Ministério Público do Tocantins - E-doc n. 07010441792202131 (Relator Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra);

3 Autos Sei n. 19.30.9000.0000239/2022-11 - Interessado: Promotor de Justiça Celsimar Custódio Silva. Assunto: Requerimento de autorização para participar de curso de Pós-Graduação Lato Sensu em “Gestão e Governança do Ministério Público”, ofertado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Tocantins - E-doc n. 07010457169202281 (Relator Conselheiro Moacir Camargo de Oliveira);

4 Autos Sei n. 19.30.9000.0001134/2021-02 – Interessado: Promotor de Justiça Vinicius de Oliveira e Silva. Assunto: Requerimento de edição de enunciado sobre pontos da Lei 14.230/2021 que alterou a Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa - E-doc n. 7010442866202157 (Relator Conselheiro José Demóstenes de Abreu);

5 Autos Sei n. 19.30.9000.0000296/2022-24 – Interessada: Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Requerimento, formulado por pessoa anônima, de Publicidade dos Documentos referentes aos Procedimentos Extrajudiciais -E-ext (Relator/Conselheiro João Rodrigues Filho);

6 Autos Sei n. 19.30.9000.0000259/2022-53 – Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Estudo da Resolução 244, de 27/1/2022, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre critérios para fins de promoção e de remoção por merecimento e para permuta de integrantes do Ministério Público, para análise de eventual necessidade de adequação da Resolução CSMP 1/2012 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

7 E-doc n. 07010463998202211 - Interessado: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF. Assunto: Encaminha, para aprovação, para fins do parágrafo único do art. 21 da Resolução CSMP n. 001/2012, os seguintes Projetos Pedagógicos (Secretário José Demóstenes de Abreu):

7.1 Acordos de não persecução penal e cível: assimilar e empreender a justiça negocial no âmbito ministerial. Data de realização: Módulo I - 30/3/2022, das 9h às 12h; Módulo II – 12/4/2022, das 9h às 12h; Módulo III – 26/4/2022, das 9h às 12h; Módulo IV – 10/5/2022;

7.2 Workshop – Capacitando Porta-vozes. Data da realização: 4 a 7 de abril de 2022;

7.3 Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Data de realização: 08 de abril de 2022; e

7.4 II Ciclo de Debates em Saúde Mental e Atuação Jurisdicional. Data de realização: 11 de abril de 2022

8 E-doc n. 07010465314202214 - Interessado: Corregedor-Geral do Ministério Público Marco Antonio Alves Bezerra. Assunto: Comunica usufruto de 1 (dia) de recesso natalino referente ao período aquisitivo 2018/1 e de 1 (um) dia de folga aniversário, nos dias 11 e 12 de abril de 2022 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

9 E-doc n. 07010459289202213 – Interessado: Promotor de Justiça Rodrigo Alves Barcellos, Diretor de Inteligência e Coordenador do NIS. Assunto: Mem. 23/2022/NIS - Encaminha Relatório de Gestão Anual, no qual especifica as principais atividades desenvolvidas em 2021 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

10 E-doc n. 07010463515202261 - Interessada: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Relatório de Inspeção da Promotoria de Justiça de Araguacema (Corregedor-Geral Marco Antonio Alves Bezerra);

11 E-doc n. 07010463318202241 – Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Encaminha, para conhecimento, Portaria de Instauração do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade n. 2022.0002160 (Procurador-Geral de Justiça Luciano Cesar Casaroti);

12 Expedientes de comunicação de instauração de Inquéritos Civis Públicos:

12.1 E-doc n. 07010459397202296 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008609 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.2 E-doc n. 07010459398202231 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008851 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.3 E-doc n. 07010459403202213 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009088 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.4 E-doc n. 07010459401202216 – Inquérito Civil Público n. 2021.0008852 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.5 E-doc n. 07010459409202282 – Inquérito Civil Público n. 2021.0007877 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.6 E-doc n. 07010459783202288 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000161 (5ª P. J. de Araguaina);

12.7 E-doc n. 07010459955202213 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000672 (P. J. de Arapoema);

12.8 E-doc n. 07010459953202224 - Inquérito Civil Público n. 2019.0008372 (P. J. de Arapoema);

12.9 E-doc n. 07010458137202211 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007940 (23ª P. J. da Capital);

12.10 E-doc n. 07010458580202274 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006493 (2ª P. J. de Colméia);

12.11 E-doc n. 07010458470202211 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006392 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

12.12 E-doc n. 07010458464202255 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003872 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

12.13 E-doc n. 07010458639202224 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005382 (28ª P. J. da Capital);

12.14 E-doc n. 07010458583202216 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000746 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto Médio Tocantins);

12.15 E-doc n. 07010460977202226 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000994 (P. J. de Arapoema);

12.16 E-doc n. 07010458666202213 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001551 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

12.17 E-doc n. 07010461016202239 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008171 (2ª P. J. de Araguatins);

12.18 E-doc n. 07010461204202267 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001904 (10ª P. J. da Capital);

12.19 E-doc n. 07010461769202244 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001964 (P. J. de Alvorada);

12.20 E-doc n. 07010461658202238 - Inquérito Civil Público n. 2021.009414 (P. J. Regional Ambiental do Bico do Papagaio);

12.21 E-doc n. 07010461581202212 - Inquérito Civil Público n. 2022.0000422 (8ª P. J. de Gurupi);

- 12.22 E-doc n. 07010461367202241 - Inquérito Civil Público n. 2022.0006090 (23ª P. J. da Capital);
- 12.23 E-doc n. 07010462347202296 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006419 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 12.24 E-doc n. 07010462324202281 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001771 (P. J. de Almas);
- 12.25 E-doc n. 07010462260202219 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001399 (P. J. de Almas);
- 12.26 E-doc n. 07010462369202256 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006773 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 12.27 E-doc n. 07010462544202213 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000232 (P. J. de Palmeirópolis);
- 12.28 E-doc n. 07010462575202266 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000935 (P. J. de Cristalândia);
- 12.29 E-doc n. 07010462828202218 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006906 (23ª P. J. da Capital);
- 12.30 E-doc n. 07010462838202237 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001138 (8ª P. J. de Gurupi);
- 12.31 E-doc n. 07010463460202299 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002202 (2ª P. J. de Araguatins);
- 12.32 E-doc n. 07010463450202253 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002196 (2ª P. J. de Araguatins);
- 12.33 E-doc n. 07010463580202296 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002237 (2ª P. J. de Araguatins);
- 12.34 E-doc n. 07010463683202256 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003792 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 12.35 E-doc n. 07010463672202276 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002989 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 12.36 E-doc n. 07010463677202215 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002993 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 12.37 E-doc n. 07010463702202244 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002258 (2ª P. J. de Araguatins);
- 12.38 E-doc n. 07010463903202241 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002248 (6ª P. J. de Gurupi);
- 12.39 E-doc n. 07010463854202247 - Inquérito Civil Público n. 2022.0002218 (7ª P. J. de Gurupi);
- 12.40 E-doc n. 07010464168202293 - Inquérito Civil Público n. 2021.0007003 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 12.41 E-doc n. 07010464271202233 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003040 (5ª P. J. de Araguaína);
- 12.42 E-doc n. 07010460511202221 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002933 (12ª P. J. de Araguaína);
- 12.43 E-doc n. 07010458917202243 - Inquérito Civil Público n. 2022.0000647 (7ª P. J. de Gurupi);
- 12.44 E-doc n. 07010461951202211 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002319 (14ª P. J. de Araguaína);
- 12.45 E-doc n. 07010460506202218 - Inquérito Civil Público n. 2021.0002930 (12ª P. J. de Araguaína);
- 12.46 E-doc n. 07010460355202214 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001817 (2ª P. J. de Araguatins);
- 12.47 E-doc n. 07010460761202261 - Inquérito Civil Público n. 2021.0006524 (P. J. de Xambioá);
- 12.48 E-doc n. 07010464275202211 - Inquérito Civil Público n. 2021.0003371 (P. J. de Goiatins);
- 12.49 E-doc n. 07010460626202215 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008461 (12ª P. J. de Araguaína);
- 12.50 E-doc n. 07010460698202262 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001302 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 12.51 E-doc n. 07010460693202231 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009116 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 12.52 E-doc n. 07010460695202229 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008056 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 13 Expedientes de comunicação de instauração de Procedimentos Preparatórios:
- 13.1 E-doc n. 07010459589202219 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007805 (28ª P. J. da Capital);
- 13.2 E-doc n. 07010459581202236 - Procedimento Preparatório n. 2021.0004891 (28ª P. J. da Capital);
- 13.3 E-doc n. 07010459590202227 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007800 (28ª P. J. da Capital);
- 13.4 E-doc n. 07010459580202291 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007718 (28ª P. J. da Capital);
- 13.5 E-doc n. 07010458300202228 - Procedimento Preparatório n. 2021.0002662 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.6 E-doc n. 07010458421202271 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008103 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.7 E-doc n. 07010458173202267 - Procedimento Preparatório n. 2021.0009180 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 13.8 E-doc n. 07010458405202287 - Procedimento Preparatório n. 2021.0001514 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 13.9 E-doc n. 07010459152202269 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001623 (22ª P. J. da Capital);
- 13.10 E-doc n. 07010459085202282 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005249 (P. J. de Araguaçu);
- 13.11 E-doc n. 07010459337202273 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005559 (P. J. de Ananás);
- 13.12 E-doc n. 07010460939202273 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008091 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.13 E-doc n. 07010460944202286 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006777 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 13.14 E-doc n. 07010460980202241 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008480 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 13.15 E-doc n. 07010461229202261 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001889 (22ª P. J. da Capital);
- 13.16 E-doc n. 07010458173202267 - Procedimento Preparatório n. 2021.0009180 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 13.17 E-doc n. 07010461165202214 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008462 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.18 E-doc n. 07010461166202242 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008462 (12ª P. J. de Araguaína);
- 13.19 E-doc n. 07010461806202214 - Procedimento Preparatório n. 2021.0004788 (28ª P. J. da Capital);
- 13.20 E-doc n. 07010462299202236 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008600 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 13.21 E-doc n. 07010462265202241 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007493 (P. J. de Almas);
- 13.22 E-doc n. 07010462446202278 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008649 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 13.23 E-doc n. 07010462646202221 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006696 (P. J. de Wanderlândia);
- 13.24 E-doc n. 07010462729202211 - Procedimento Preparatório n. 2022.0002096 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio

Araguaia);

13.25 E-doc n. 07010463022202221 – Procedimento Preparatório n. 2022.0002122 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

13.26 E-doc n. 07010463017202218 – Procedimento Preparatório n. 2021.0006589 (2ª P. J. de Dianópolis);

13.27 E-doc n. 07010462858202216 – Procedimento Preparatório n. 2021.0004445 (P. J. de Ananás);

13.28 E-doc n. 07010463193202251 – Procedimento Preparatório n. 2022.0001406 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.29 E-doc n. 07010463247202287 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008814 (5ª P. J. da Capital);

13.30 E-doc n. 07010463254202289 – Procedimento Preparatório n. 2022.0002162 (2ª P. J. da Capital);

13.31 E-doc n. 07010463519202249 – Procedimento Preparatório n. 2022.0002226 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

13.32 E-doc n. 07010463417202223 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008662 (6ª P. J. de Araguaína);

13.33 E-doc n. 07010463434202261 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008590 (12ª P. J. de Araguaína);

13.34 E-doc n. 07010463561202261 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008769 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.35 E-doc n. 07010463619202275 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008865 (P. J. de Xambioá);

13.36 E-doc n. 07010464163202261 – Procedimento Preparatório n. 2021.0006724 (P. J. de Pium);

13.37 E-doc n. 07010464153202225 – Procedimento Preparatório n. 2021.0003458 (P. J. de Pium);

13.38 E-doc n. 07010464210202276 – Procedimento Preparatório n. 2021.0007072 (2ª P. J. de Dianópolis);

13.39 E-doc n. 07010464208202213 – Procedimento Preparatório n. 2021.0006708 (2ª P. J. de Dianópolis);

13.40 E-doc n. 07010464263202297 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008669 (6ª P. J. de Araguaína);

13.41 E-doc n. 07010460481202252 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001825 (P. J. de Wanderlândia);

13.42 E-doc n. 07010460529202222 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001830 (P. J. de Wanderlândia);

13.43 E-doc n. 07010460519202297 - Procedimento Preparatório n. 2022.0001829 (P. J. de Wanderlândia);

13.44 E-doc n. 07010458840202211 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007806 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

13.45 E-doc n. 07010460492202232 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008242 (12ª P. J. de Araguaína);

13.46 E-doc n. 07010460624202226 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008461 (12ª P. J. de Araguaína);

13.47 E-doc n. 07010460490202243 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008242 (12ª P. J. de Araguaína);

13.48 E-doc n. 07010460683202211 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008071 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.49 E-doc n. 07010460652202243 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008228 (5ª P. J. de Araguaína);

13.50 E-doc n. 07010458813202239 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008135 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.51 E-doc n. 07010461941202261 - Procedimento Preparatório n. 20210007626 (14ª P. J. de Araguaína);

13.52 E-doc n. 07010458962202214 - Procedimento Preparatório

n. 2021.0008058 (5ª P. J. de Porto Nacional);

13.53 E-doc n. 07010464278202255 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005523 (P. J. de Goiás);

13.54 E-doc n. 07010461974202218 - Procedimento Preparatório n. 2022.0002000 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

13.55 E-doc n. 07010462090202272 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007551 (23ª P. J. da Capital);

13.56 E-doc n. 07010460568202221 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006147 (P. J. de Ananás);

13.57 E-doc n. 07010458846202289 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007882 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);

13.58 E-doc n. 07010460711202283 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005408 (P. J. de Novo Acordo);

13.59 E-doc n. 07010460715202261 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005162 (P. J. de Novo Acordo);

13.60 E-doc n. 07010460713202272 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005390 (P. J. de Novo Acordo);

13.61 E-doc n. 07010460705202226 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007258 (P. J. de Novo Acordo);

13.62 E-doc n. 07010460707202215 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006915 (P. J. de Novo Acordo);

13.63 E-doc n. 07010460709202212 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006338 (P. J. de Novo Acordo);

13.64 E-doc n. 07010460703202237 - Procedimento Preparatório n. 2021.0007569 (P. J. de Novo Acordo);

13.65 E-doc n. 07010460701202248 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008053 (P. J. de Novo Acordo);

13.66 E-doc n. 07010461939202291 - Procedimento Preparatório n. 20210004253 (14ª P. J. de Araguaína);

13.67 E-doc n. 07010461936202257 - Procedimento Preparatório n. 20210007625 (14ª P. J. de Araguaína);

13.68 E-doc n. 07010463431202227 - Procedimento Preparatório (12ª P. J. de Araguaína);

14 Expedientes de comunicação de instauração de Procedimentos Administrativos:

14.1 E-doc n. 07010459509202217 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001709 (23ª P. J. da Capital);

14.2 E-doc n. 07010459513202277 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001710 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.3 E-doc n. 07010459515202266 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001711 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.4 E-doc n. 07010459444202218 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001699 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.5 E-doc n. 07010459479202231 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001524 (2ª P. J. de Colméia);

14.6 E-doc n. 07010459641202211 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008050 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.7 E-doc n. 07010459639202241 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007985 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.8 E-doc n. 07010459520202279 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001712 (23ª P. J. da Capital);

14.9 E-doc n. 07010459852202253 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008067 (3ª P. J. de Guaraí);

14.10 E-doc n. 07010459962202215 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009880 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.11 E-doc n. 07010460041202211 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001752 (10ª P. J. da Capital);

14.12 E-doc n. 07010460027202218 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008223 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.13 Edoc n. 07010458188202225 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001479 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.14 Edoc n. 07010458185202291 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001478 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.15 E-doc n. 07010458132202271 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003011 (P. J. de Pium);

14.16 E-doc n. 07010458157202274 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007888 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.17 E-doc n. 07010458223202214 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007756 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.18 E-doc n. 07010458288202251 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002663 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.19 E-doc n. 07010458306202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001206 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.20 E-doc n. 07010458233202241 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007693 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.21 E-doc n. 07010458217202259 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007935 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.22 E-doc n. 07010458198202261 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001483 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.23 E-doc n. 07010458200202218 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001484 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.24 E-doc n. 07010458202202291 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001485 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.25 E-doc n. 07010458196202271 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001482 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.26 E-doc n. 07010458191202249 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001480 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.27 E-doc n. 07010458194202282 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001481 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.28 E-doc n. 07010458372202275 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007549 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.29 E-doc n. 07010458374202264 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007604 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.30 Edoc n. 07010458380202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007903 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.31 Edoc n. 07010458551202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007838 (1ª P. J. de Pedro Afonso);

14.32 Edoc n. 07010458477202224 - Procedimento Administrativo n. 0456/2022 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP);

14.33 E-doc n. 07010458672202254 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001555 (30ª P. J. da Capital);

14.34 E-doc n. 07010458662202219 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001548 (30ª P. J. da Capital);

14.35 E-doc n. 07010459100202292 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004935 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.36 E-doc n. 07010459343202221 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000542 (19ª P. J. da Capital);

14.37 E-doc n. 07010460984202228 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008527 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.38 E-doc n. 07010461014202241 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008082 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.39 E-doc n. 07010461022202296 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008084 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.40 Edoc n. 07010461255202299 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001906 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.41 Edoc n. 07010461119202215 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007991 (P. J. de Araguaçu);

14.42 E-doc n. 07010461724202271 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008525 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.43 E-doc n. 07010461574202211 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001905 (17ª P. J. da Capital);

14.44 E-doc n. 07010459299202259 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005300 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

14.45 E-doc n. 07010462316202235 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002340 (P. J. de Almas);

14.46 E-doc n. 07010462296202219 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008085 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.47 E-doc n. 07010462501202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008540 (20ª P. J. da Capital);

14.48 E-doc n. 07010462736202211 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000908 (11ª P. J. de Araguaína);

14.49 E-doc n. 07010462761202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008485 (9ª P. J. de Araguaína);

14.50 E-doc n. 07010463024202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006649 (2ª P. J. de Dianópolis);

14.51 E-doc n. 07010463009202271 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001476 (9ª P. J. de Araguaína);

14.52 E-doc n. 07010462997202231 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000898 (2ª P. J. de Araguaína);

14.53 E-doc n. 07010463007202282 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009245 (2ª P. J. de Dianópolis);

14.54 E-doc n. 07010462835202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008643 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.55 E-doc n. 07010462961202258 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001203 (21ª P. J. da Capital);

14.56 E-doc n. 07010462763202294 - Procedimento Administrativo n. 2511/2021 (Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública - GAESP);

14.57 E-doc n. 07010463294202221 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.58 E-doc n. 07010463295202275 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001016 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.59 E-doc n. 07010463297202264 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000713 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.60 E-doc n. 07010463296202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008560 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

14.61 E-doc n. 07010463320202211 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001368 (19ª P. J. da Capital);

14.62 E-doc n. 07010463280202215 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008702 (P. J. de Itacajá);

14.63 E-doc n. 07010463375202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009183 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.64 E-doc n. 07010463463202222 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008802 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.65 E-doc n. 07010463458202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008707 (P. J. Itacajá);

14.66 E-doc n. 07010463458202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008707 (P. J. de Itacajá);

14.67 E-doc n. 07010463398202235 - Procedimento

Administrativo n. 2021.0008619 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.68 E-doc n. 07010463547202266 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007521 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.69 E-doc n. 07010463542202233 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007694 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.70 E-doc n. 07010463544202222 – Procedimento Administrativo n. 2021.0007599 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.71 E-doc n. 07010463540202244 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008530 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.72 E-doc n. 07010463541202299 – Procedimento Administrativo n. 2022.0000389 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.73 E-doc n. 07010463593202265 – Procedimento Administrativo n. 2022.0001289 (6ª P. J. de Gurupi);

14.74 E-doc n. 07010463588202252 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006588 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.75 E-doc n. 07010463656202283 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008167 (P. J. de Filadélfia);

14.76 E-doc n. 07010463744202285 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006077 (6ª P. J. de Porto Nacional);

14.77 E-doc n. 07010464245202213 – Procedimento Administrativo n. 2021.0008664 (5ª P. J. de Araguaína);

14.78 E-doc n. 07010464908202291 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005928 (P. J. de Natividade);

14.79 E-doc n. 07010463791202229 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001287 (21ª P. J. da Capital);

14.80 E-doc n. 07010464695202214 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008840 (12ª P. J. de Araguaína);

14.81 E-doc n. 07010458758202287 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000512 (19ª P. J. da Capital);

14.82 E-doc n. 07010458969202211 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000677 (19ª P. J. da Capital);

14.83 E-doc n. 07010459951202235 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002374 (P. J. de Arapoema);

14.84 E-doc n. 07010462153202291 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008373 (9ª P. J. de Araguaína);

14.85 E-doc n. 07010460359202286 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001818 (P. J. de Xambioá);

14.86 E-doc n. 07010459040202216 - Procedimento Administrativo n. 2022.000477 (6ª P. J. de Gurupi);

14.87 E-doc n. 07010460397202239 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001820 (P. J. de Xambioá);

14.88 E-doc n. 07010460795202255 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007158 (4ª P. J. de Porto Nacional);

14.89 E-doc n. 07010462093202214 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008452 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

14.90 E-doc n. 07010462000202243 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007432 (P. J. de Arapoema);

14.91 E-doc n. 07010462115202238 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002025 (2ª P. J. de Guarái);

14.92 E-doc n. 07010464359202255 - Procedimento Administrativo n. 2022.0002313 (1ª P. J. de Miracema do Tocantins);

14.93 E-doc n. 07010458902202285 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001591 (23ª P. J. da Capital);

14.94 E-doc n. 07010460055202219 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001754 (23ª P. J. da Capital);

14.95 E-doc n. 07010460221202287 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008445 (21ª P. J. da Capital);

14.96 E-doc n. 07010460248202271 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001798 (11ª P. J. de Araguaína);

14.97 E-doc n. 07010461975202254 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008434 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

14.98 E-doc n. 07010460318202291 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000910 (19ª P. J. da Capital);

14.99 E-doc n. 07010460315202256 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000894 (19ª P. J. da Capital);

14.100 E-doc n. 07010460261202229 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001799 (15ª P. J. da Capital);

14.101 E-doc n. 07010460263202218 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001800 (15ª P. J. da Capital);

14.102 E-doc n. 07010464311202247 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006988 (P. J. de Araguaçu);

14.103 E-doc n. 07010464307202289 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008596 (3ª P. J. de Guarái);

14.104 E-doc n. 07010458922202256 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007940 (21ª P. J. da Capital);

14.105 E-doc n. 07010460226202218 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008339 (21ª P. J. da Capital);

14.106 E-doc n. 07010460236202245 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008257 (21ª P. J. da Capital);

14.107 E-doc n. 07010460233202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008259 (21ª P. J. da Capital);

14.108 E-doc n. 07010460230202278 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008261 (21ª P. J. da Capital);

14.109 E-doc n. 07010460497202265 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001503 (21ª P. J. da Capital);

15 Expedientes de comunicação de prorrogação de prazo para conclusão de Procedimentos Extrajudiciais:

15.1 E-doc n. 07010459414202295 – Procedimento Administrativo n. 2018.0005729 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

15.2 E-doc n. 07010459412202212 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004324 (P. J. de Pium);

15.3 E-doc n. 07010459404202251 – Inquérito Civil Público n. 2020.0001783 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

15.4 E-doc n. 07010459405202211 - Inquérito Civil Público n. 2020.0001785 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

15.5 E-doc n. 07010459562202218 – Notícia de Fato n. 2022.0000381 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.6 E-doc n. 07010459566202298 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006254 (4ª P. J. de Porto Nacional);

15.7 E-doc n. 07010459534202292 – Procedimento Administrativo n. 2020.0005578 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

15.8 E-doc n. 07010459569202221 – Notícia de Fato n. 2022.0000435 (4ª P. J. de Porto Nacional).

15.9 E-doc n. 07010459595202251 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000494 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.10 E-doc n. 07010459659202212 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005256 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.11 E-doc n. 07010459658202278 – Procedimento Administrativo n. 2020.0005258 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.12 E-doc n. 07010459650202211 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007501 (15ª P. J. da Capital);

15.13 E-doc n. 07010459660202247 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005227 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.14 E-doc n. 07010459792202279 – Procedimento Preparatório

- n. 2021.0000334 (22ª P. J. da Capital);
- 15.15 E-doc n. 07010459784202222 – Inquérito Civil Público n. 2019.0002268 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.16 E-doc n. 07010459823202291 – Procedimento Administrativo n. 2020.0005357 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 15.17 E-doc n. 07010459904202291 – Procedimento Preparatório n. 2021.0005272 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.18 E-doc n. 07010459874202213 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001182 (P. J. de Alvorada);
- 15.19 E-doc n. 07010459895202239 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000558 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.20 E-doc. 07010459896202283 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000553 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.21 E-doc n. 07010459894202294 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000559 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.22 E-doc n. 07010459892202211 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000560 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.23 E-doc n. 07010459891202251 – Inquérito Civil Público n. 2021.0001183 (P. J. de Alvorada);
- 15.24 E-doc n. 07010459889202281 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000548 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.25 E-doc n. 07010459888202237 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000496 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.26 E-doc n. 07010459940202255 – Procedimento Administrativo n. 2020.0005083 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.27 E-doc n. 07010459948202211 – Procedimento Administrativo n. 2019.0003790 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.28 E-doc n. 07010459941202216 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006542 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.29 E-doc n. 07010459942202244 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000432 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.30 E-doc n. 07010459992202221 - Notícia de Fato n. 2022.0000077 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.31 E-doc n. 07010459993202276 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005586 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.32 E-doc n. 07010458228202239 - Notícia de Fato n. 2022.0000383 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.33 E-doc n. 07010458226202241 - Notícia de Fato n. 2022.0000385 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.34 E-doc n. 07010458229202283 - Notícia de Fato n. 2022.0000382 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.35 E-doc n. 07010458227202294 - Notícia de Fato n. 2022.0000384 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.36 E-doc n. 07010458224202251 - Inquérito Civil Público n. 2019.0005998 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.37 E-doc n. 07010458225202211 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002053 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.38 E-doc n. 07010458183202219 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006069 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.39 E-doc n. 07010459109202211 - Inquérito Civil Público n. 008/2017 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 15.40 E-doc n. 07010458180202269 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004868 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.41 E-doc n. 07010458147202239 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006817 (P. J. de Pium);
- 15.42 E-doc n. 07010459108202259 - Inquérito Civil Público n. 21/2017 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 15.43 E-doc n. 07010459156202247 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001411 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.44 E-doc n. 07010459316202258 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002272 (P. J. de Pium);
- 15.45 E-doc n. 07010459311202225 - Inquérito Civil Público n. 010/2015 (7ª P. J. de Gurupi);
- 15.46 E-doc n. 07010460721202219 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004469 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.47 E-doc n. 07010460696202273 - Inquérito Civil Público n. 2019.0002115 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.48 E-doc n. 07010460732202215 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005485 (30ª P. J. da Capital);
- 15.49 E-doc n. 07010461008202292 - Inquérito Civil Público n. 1/2015 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.50 E-doc n. 07010461008202292 - Inquérito Civil Público n. 9/2016 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.51 E-doc n. 07010461008202292 - Inquérito Civil Público n. 22/2016 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.52 E-doc n. 07010461271202281 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007956 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 15.53 E-doc n. 07010461126202217 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006275 (P. J. de Figueirópolis);
- 15.54 E-doc n. 07010459181202221 - Procedimento Preparatório n. 2021.0009137 (22ª P. J. da Capital);
- 15.55 E-doc n. 07010461655202211 - Procedimento Preparatório n. 2021.0003080 (2ª P. J. de Pedro Afonso);
- 15.56 E-doc n. 07010458574202217 - Procedimento Administrativo n. 2021.0004625 (2ª P. J. de Colméia);
- 15.57 E-doc n. 07010458384202216 - Procedimento Administrativo n. 2019.0001511 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.58 E-doc n. 07010458355202238 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004243 (P. J. de Natividade);
- 15.59 E-doc n. 07010458351202251 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004245 (P. J. de Natividade);
- 15.60 E-doc n. 07010458352202211 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004246 (P. J. de Natividade);
- 15.61 E-doc n. 07010458284202273 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004440 (P. J. de Natividade);
- 15.62 E-doc n. 07010458275202282 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003789 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.63 E-doc n. 07010458116202288 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004553 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.64 E-doc n. 07010458286202262 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004020 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.65 E-doc n. 07010458302202217 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003634 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.66 E-doc n. 07010458308202294 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003636 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.67 E-doc n. 07010459097202215 - Procedimento Administrativo n. 2018.0008286 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.68 E-doc n. 07010459235202258 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000514 (P. J. de Natividade);
- 15.69 E-doc n. 07010459233202269 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000511 (P. J. de Natividade);
- 15.70 E-doc n. 07010459236202219 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000521 (P. J. de Natividade);
- 15.71 E-doc n. 07010459230202225 - Procedimento

- Administrativo n. 2019.0000546 (P. J. de Natividade);
- 15.72 E-doc n. 07010459237202247 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003111 (P. J. de Natividade);
- 15.73 E-doc n. 07010460686202238 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000414 (P. J. de Pium);
- 15.74 E-doc n. 07010460729202285 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001023 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.75 E-doc n. 07010460723202216 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001025 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.76 E-doc n. 07010460720202274 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003177 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.77 E-doc n. 07010460722202263 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001026 (P. J. de Novo Acordo);
- 15.78 E-doc n. 07010460690202212 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000413 (P. J. de Cristalândia);
- 15.79 E-doc n. 07010460689202271 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000412 (P. J. de Cristalândia);
- 15.80 E-doc n. 07010460688202227 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000410 (P. J. de Cristalândia);
- 15.81 E-doc n. 07010460687202282 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000415 (P. J. de Pium);
- 15.82 E-doc n. 07010460686202238 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000414 (P. J. de Pium);
- 15.83 E-doc n. 07010460978202271 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000742 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.84 E-doc n. 07010461150202231 - Procedimento Administrativo n. 2018.0000587 (15ª P. J. da Capital);
- 15.85 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 005/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.86 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 006/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.87 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 007/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.88 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 008/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.89 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 010/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.90 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 012/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.91 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 013/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.92 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 014/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.93 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 015/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.94 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 016/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.95 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 019/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.96 E-doc n. 07010458469202288 – Inquérito Civil Público n. 2019.0007922 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.97 E-doc n. 07010462390202251 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007599 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.98 E-doc n. 07010462389202227 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007598 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.99 E-doc n. 07010462419202211 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007597 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.100 E-doc n. 07010462417202214 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007626 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.101 E-doc n. 07010462416202261 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007625 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.102 E-doc n. 07010462414202272 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007623 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.103 E-doc n. 07010462415202217 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007624 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.104 E-doc n. 07010462394202231 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007603 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.105 E-doc n. 07010462334202217 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007630 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.106 E-doc n. 07010462335202261 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007631 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.107 E-doc n. 07010462329202212 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004939 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.108 E-doc n. 07010462331202283 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007627 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.109 E-doc n. 07010462333202272 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007629 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.110 E-doc n. 07010462332202228 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007628 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.111 E-doc n. 07010462328202261 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004646 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.112 E-doc n. 07010462287202211 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007470 (P. J. de Almas);
- 15.113 E-doc n. 07010462306202216 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007474 (P. J. de Almas);
- 15.114 E-doc n. 07010462271202215 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007236 (P. J. de Almas);
- 15.115 E-doc n. 07010462475202231 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007065 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.116 E-doc n. 07010462474202295 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007042 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.117 E-doc n. 07010462410202294 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007619 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.118 E-doc n. 07010462413202228 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007622 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.119 E-doc n. 07010462410202294 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007619 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.120 E-doc n. 07010462412202283 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007621 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.121 E-doc n. 07010462405202281 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007614 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.122 E-doc n. 07010462409202261 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007618 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.123 E-doc n. 07010462407202271 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007616 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.124 E-doc n. 07010462411202239 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007620 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.125 E-doc n. 07010462398202218 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007607 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.126 E-doc n. 07010462404202237 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007613 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.127 E-doc n. 07010462408202215 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007617 (P. J. de Aurora do Tocantins);

- 15.128 E-doc n. 07010462399202262 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007608 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.129 E-doc n. 07010462396202229 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007605 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.130 E-doc n. 07010462406202226 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007615 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.131 E-doc n. 07010462402202248 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007611 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.132 E-doc n. 07010462403202292 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007612 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.133 E-doc n. 07010462395202284 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007604 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.134 E-doc n. 07010462401202211 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007610 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.135 E-doc n. 07010462397202273 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007606 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.136 E-doc n. 07010462400202259 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007609 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.137 E-doc n. 07010462391202212 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007600 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.138 E-doc n. 07010462392202241 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007601 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.139 E-doc n. 07010462393202295 - Inquérito Civil Público n. 2020.0007602 (P. J. de Aurora do Tocantins);
- 15.140 E-doc n. 07010462561202242 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001976 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.141 E-doc n. 07010462476202284 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007051 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.142 07010462849202217 – Procedimento Preparatório n. 2021.0009785 (22ª P. J. da Capital);
- 15.143 E-doc n. 07010462889202269 – Procedimento Administrativo n. 2019.0003969 (4ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 15.144 E-doc n. 07010462951202212 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000759 (3ª P. J. de Guaraí);
- 15.145 E-doc n. 07010462696202216 – Inquérito Civil Público n. 2022.0001963 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.146 E-doc n. 07010462698202213 – Inquérito Civil Público n. 2019.0004050 (12ª P. J. de Araguaína);
- 15.147 E-doc n. 07010462734202222 – Procedimento Preparatório n. 2021.0009706 (22ª P. J. da Capital);
- 15.148 E-doc n. 07010463010202212 – Procedimento Administrativo n. 2020.0006204 (2ª P. J. de Dianópolis);
- 15.149 E-doc n. 07010462894202271 – Procedimento Administrativo n. 2018.0006159 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.150 E-doc n. 07010463169202211 – Procedimento Administrativo n. 2019.0007000 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.151 E-doc n. 07010463167202221 – Procedimento Administrativo n. 2019.0006995 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.152 E-doc n. 07010463122202257 - Notícia de Fato n. 2022.0001158 (2ª P. J. de Guaraí);
- 15.153 E-doc n. 07010463187202219 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000976 (P. J. de Itacajá);
- 15.154 E-doc n. 07010463186202258 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000978 (P. J. de Itacajá);
- 15.155 E-doc n. 07010463173202289 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004485 (1ª P. J. de Arraias);
- 15.156 E-doc n. 07010463251202245 – Inquérito Civil Público n. 2021.0000089 (6ª P. J. de Gurupi);
- 15.157 E-doc n. 07010463268202219 – Inquérito Civil Público n. 2018.0004991 (6ª P. J. de Gurupi);
- 15.158 E-doc n. 07010463257202212 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004298 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 15.159 E-doc n. 07010463259202211 – Notícia de Fato n. 2022.0001050 (P. J. Regional Ambiental da Abacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.160 E-doc n. 07010463282202212 – Inquérito Civil Público n. 2018.0005333 (2ª P. J. de Colméia);
- 15.161 E-doc n. 07010463293202286 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000933 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.162 E-doc n. 07010463311202221 – Procedimento Preparatório n. 2021.0009594 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.163 E-doc n. 07010463528202231 – Inquérito Civil Público n. 2019.0001976 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 15.164 E-doc n. 07010463410202211 – Notícia de Fato n. 2022.0001179 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.165 E-doc n. 07010463407202298 – Inquérito Civil Público n. 2019.0005183 (4ª P. J. de Porto Nacional)
- 15.166 E-doc n. 07010463390202279 – Notícia de Fato n. 2022.0001339 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.167 E-doc n. 07010463391202213 – Notícia de Fato n. 2022.0001346 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.168 E-doc n. 07010463415202234 – Inquérito Civil Público n. 2020.0004037 (6ª P. J. de Araguaína);
- 15.169 E-doc n. 07010463614202242 – Procedimento Administrativo n. 2018.0005180 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 15.170 E-doc n. 07010463608202295 – Procedimento Administrativo n. 2017.0003284 (P. J. de Formoso do Araguaia);
- 15.171 E-doc n. 07010463652202211 – Inquérito Civil Público n. 2018.0005523 (P. J. de Filadélfia);
- 15.172 E-doc n. 07010463658202272 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000775 (P. J. de Filadélfia);
- 15.173 E-doc n. 07010463650202214 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006348 (P. J. de Filadélfia);
- 15.174 E-doc n. 07010463647202292 – Procedimento Preparatório n. 2021.0000596 (P. J. de Filadélfia);
- 15.175 E-doc n. 07010463641202215 – Procedimento Preparatório n. 2020.0003767 (P. J. de Filadélfia);
- 15.176 E-doc n. 07010463645202211 – Procedimento Preparatório n. 2021.0000599 (P. J. de Filadélfia);
- 15.177 E-doc n. 07010463660202241 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000776 (P. J. de Filadélfia);
- 15.178 E-doc n. 07010463639202246 – Procedimento Preparatório n. 2021.0002290 (P. J. de Filadélfia);
- 15.179 E-doc n. 07010463643202212 – Procedimento Administrativo n. 2019.0003268 (P. J. de Filadélfia);
- 15.180 E-doc n. 07010463682202211 – Procedimento Administrativo n. 2020.0002100 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.181 E-doc n. 07010463685202245 – Procedimento Administrativo n. 2018.0008483 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.182 E-doc n. 07010463706202222 – Procedimento Administrativo n. 2018.0008020 (P. J. de Formoso do Araguaia);

15.183 E-doc n. 07010463755202265 – Inquérito Civil Público n. 2020.0005836 (1ª P. J. de Tocantinópolis);

15.184 E-doc n. 07010463835202211 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000960 (P. J. de Cristalândia);

15.185 E-doc n. 07010463834202276 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000962 (P. J. de Cristalândia);

15.186 E-doc n. 07010463836202265 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000959 (P. J. de Cristalândia);

15.187 E-doc n. 07010463839202215 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000963 (P. J. de Pium);

15.188 E-doc n. 07010463842202212 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000964 (P. J. de Pium);

15.189 E-doc n. 07010464137202232 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004299 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);

15.190 E-doc n. 07010464138202287 – Procedimento Administrativo n. 2020.0004300 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);

15.191 E-doc n. 07010464162202216 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001097 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);

15.192 E-doc n. 07010464233202281 – Inquérito Civil Público n. 2019.0003140 (5ª P. J. de Porto Nacional);

15.193 E-doc n. 07010464071202281 – Inquérito Civil Público n. 21/2017 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

15.194 E-doc n. 07010464264202231 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009328 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.195 E-doc n. 07010463776202281 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003149 (5ª P. J. de Porto Nacional);

15.196 E-doc n. 07010464776202214 – Procedimento Administrativo n. 2017.0001230 (5ª P. J. de Araguaína);

15.197 E-doc n. 07010464777202242 – Procedimento Administrativo n. 2017.0001981 (5ª P. J. de Araguaína);

15.198 E-doc n. 07010464774202217 – Procedimento Administrativo n. 2021.0004068 (2ª P. J. de Colméia);

15.199 E-doc n. 07010464715202231 – Inquérito Civil Público n. 2021.0004709 (2ª P. J. de Colméia);

15.200 E-doc n.07010464707202294 – Inquérito Civil Público n. 2018.0007988 (2ª P. J. de Colméia);

15.201 E-doc n. 07010464708202239 – Inquérito Civil Público n. 2021.0006718 (2ª P. J. de Colméia);

15.202 E-doc n. 07010464787202288 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004134 (2ª P. J. de Colméia).

15.203 E-doc n. 07010464795202224 – Procedimento Administrativo n. 2017.0000878 (2ª P. J. de Guaraí);

15.204 E-doc n. 07010464807202211 - Notícia de Fato n. 2022.0001404 (2ª P. J. de Guaraí);

15.205 E-doc n. 07010464915202293 – Procedimento Administrativo n. 2020.0001850 (P. J. de Arapoema);

15.206 E-doc n. 07010464912202251 – Procedimento Administrativo n. 2018.0007587 (P. J. de Arapoema);

15.207 E-doc n. 07010464866202299 – Inquérito Civil Público n. 2021.0009333 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.208 E-doc n. 07010464715202231 – Inquérito Civil Público n. 2021.0004709 (2ª P. J. de Colméia);

15.209 E-doc n. 07010464917202282 – Procedimento Preparatório n. 2021.0008190 (6ª P. J. de Gurupi);

15.210 E-doc n. 07010464772202211 – Notícia de Fato n. 2022.0001164 (2ª P. J. de Colméia);

15.211 E-doc n. 07010462125202273 - Notícia de Fato n. 2022.0000708 (2ª P. J. de Colméia);

15.212 E-doc n. 07010459082202249 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000235 (P. J. de Alvorada);

15.213 E-doc n. 07010460066202215 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004141 (1ª P. J. de Arraias);

15.214 E-doc n. 07010460311202278 - Inquérito Civil Público n. 015/2017 (7ª P. J. de Gurupi);

15.215 E-doc n. 07010460353202217 - Inquérito Civil Público n. 035/2015 (7ª P. J. de Gurupi);

15.216 E-doc n. 07010460573202232 - Inquérito Civil Público n. 2020.0000109 (12ª P. J. de Araguaína);

15.217 E-doc n. 07010460344202218 - Inquérito Civil Público n. 04/2017 (6ª P. J. de Gurupi);

15.218 E-doc n. 07010458745202216 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005183 (P. J. de Alvorada);

15.219 E-doc n. 07010458746202252 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001180 (P. J. de Alvorada);

15.220 E-doc n. 07010462126202218 - Inquérito Civil Público n. 2017.0002396 (P. J. de Pium);

15.221 E-doc n. 07010459036202241 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001607 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.222 E-doc n. 07010460629202259 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009325 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.223 E-doc n. 07010460507202262 - Inquérito Civil Público n. 2020.0008041 (8ª P. J. de Gurupi);

15.224 E-doc n. 07010460207202283 - Inquérito Civil Público n. 008/2014 (7ª P. J. de Gurupi);

15.225 E-doc n. 07010460198202221 - Inquérito Civil Público n. 019/2017 (7ª P. J. de Gurupi);

15.226 E-doc n. 07010460620202248 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000076 (P. J. de Formoso do Araguaia);

15.227 E-doc n. 07010460565202296 - Inquérito Civil Público n. 2019.0008069 (12ª P. J. de Araguaína);

15.228 E-doc n. 07010460489202219 - Inquérito Civil Público n. 2018.0008576 (12ª P. J. de Araguaína);

15.229 E-doc n. 07010461942202212 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001281 (14ª P. J. de Araguaína);

15.230 E-doc n. 07010462089202248 - Inquérito Civil Público n. 2018.0007374 (P. J. de Almas);

15.231 E-doc n. 07010460617202224 - Inquérito Civil Público n. 011/2017 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

15.232 E-doc n. 07010460607202299 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008811 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.233 E-doc n. 07010462094202251 - Inquérito Civil Público n. 2019.0007036 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);

15.234 E-doc n. 07010460570202215 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008573 (7ª P. J. de Porto Nacional);

15.235 E-doc n. 07010461931202224 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009969 (14ª P. J. de Araguaína);

15.236 E-doc n. 07010461934202268 - Inquérito Civil Público n. 2020.0002980 (14ª P. J. de Araguaína);

15.237 E-doc n. 07010461944202211 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001276 (14ª P. J. de Araguaína);

15.238 E-doc n. 07010461933202213 - Inquérito Civil Público

- n. 2021.0009962 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.239 E-doc n. 07010462054202217 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003707 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.240 E-doc n. 07010462025202247 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003054 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.241 E-doc n. 07010462013202212 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001606 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.242 E-doc n. 07010461945202248 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001275 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.243 E-doc n. 07010461949202226 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001274 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.244 E-doc n. 07010461947202237 - Inquérito Civil Público n. 2021.0009949 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.245 E-doc n. 07010464318202269 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000856 (P. J. de Araguaçu);
- 15.246 E-doc n. 07010464319202211 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000857 (P. J. de Araguaçu);
- 15.247 E-doc n. 07010464316202271 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000818 (P. J. de Araguaçu);
- 15.248 E-doc n. 07010464315202225 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000772 (P. J. de Araguaçu);
- 15.249 E-doc n. 07010464314202281 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000769 (P. J. de Araguaçu);
- 15.250 E-doc n. 07010464385202283 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003321 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.251 E-doc n. 07010464386202228 - Inquérito Civil Público n. 2019.0006617 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.252 E-doc n. 07010464388202217 - Inquérito Civil Público n. 2021.0008536 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 15.253 E-doc n. 07010464377202237 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001808 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);
- 15.254 E-doc n. 07010464371202261 - Inquérito Civil Público n. 2021.0001203 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.255 E-doc n. 07010458837202298 - Procedimento Preparatório n. 2021.0004387 (1ª P. J. de Tocantinópolis);
- 15.256 E-doc n. 07010464274202277 - Procedimento Administrativo n. 2020.0000135 (P. J. de Goiatins);
- 15.257 E-doc n. 07010464273202222 - Procedimento Administrativo n. 2019.0002511 (P. J. de Goiatins);
- 15.258 E-doc n. 07010462196202276 - Procedimento Preparatório n. 2021.0003448 (P. J. de Cristalândia);
- 15.259 E-doc n. 07010461937202218 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005124 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.260 E-doc n. 07010462181202216 - Procedimento Preparatório n. 2021.0005524 (P. J. de Pium);
- 15.261 E-doc n. 07010461948202281 - Procedimento Preparatório n. 2021.0004199 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.262 E-doc n. 07010462200202212 - Procedimento Preparatório n. 2021.0004904 (P. J. de Cristalândia);
- 15.263 E-doc n. 07010459057202265 - Procedimento Preparatório n. 2021.00009154 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.264 E-doc n. 07010459062202278 - Procedimento Preparatório n. 2021.00009156 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.265 E-doc n. 07010459055202276 - Procedimento Preparatório n. 2021.00009152 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.266 E-doc n. 07010459056202211 - Procedimento Preparatório n. 2021.00009153 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.267 E-doc n. 07010459051202298 - Procedimento Preparatório n. 2021.00009151 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia);
- 15.268 E-doc n. 07010460242202219 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000543 (15ª P. J. da Capital);
- 15.269 E-doc n. 07010460050202296 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005453 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.270 E-doc n. 07010460113202212 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000478 (P. J. de Alvorada);
- 15.271 E-doc n. 07010458720202212 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004459 (P. J. de Natividade);
- 15.272 E-doc n. 07010460276202297 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007011 (P. J. de Natividade);
- 15.273 E-doc n. 07010460271202264 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007012 (P. J. de Natividade);
- 15.274 E-doc n. 07010460560202263 - Procedimento Administrativo n. 2018.0008665 (12ª P. J. de Araguaína);
- 15.275 E-doc n. 07010461943202259 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001277 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.276 E-doc n. 07010458723202248 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004453 (P. J. de Natividade);
- 15.277 E-doc n. 07010458718202235 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004443 (P. J. de Natividade);
- 15.278 E-doc n. 07010458717202291 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002910 (P. J. de Natividade);
- 15.279 E-doc n. 07010460247202225 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000495 (5ª P. J. de Araguaína);
- 15.280 E-doc n. 07010461932202279 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003997 (14ª P. J. de Araguaína);
- 15.281 E-doc n. 07010462098202239 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007050 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.282 E-doc n. 07010462097202294 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007049 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.283 E-doc n. 07010462096202241 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007038 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 15.284 E-doc n. 07010462095202211 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007037 (4ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 16 Expedientes de comunicação de aditamento de Portaria de Instauração de Procedimento Extrajudicial:
- 16.1 E-doc n. 07010458515202249 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007473 (1ª P. J. de Pedro Afonso);
- 16.2 E-doc n. 07010460963202211 - Procedimento Administrativo n. 2019.0008412 (23ª P. J. da Capital);
- 16.3 E-doc n. 07010462455202269 - Procedimento Preparatório n. 2021.0008649 (5ª P. J. de Porto Nacional);
- 16.4 E-doc n. 07010462442202291 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009006 (23ª P. J. da Capital);
- 16.5 E-doc n. 07010462539202219 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004876 (23ª P. J. da Capital);
- 16.6 E-doc n. 07010462787202243 - Inquérito Civil Público n. 2017.0003647 (23ª P. J. da Capital);
- 16.7 E-doc n. 07010463906202285 - Inquérito Civil Público n.

2022.0001439 (23ª P. J. da Capital);

16.8 E-doc n. 07010458904202274 - Inquérito Civil Público n. 2020.0008050 (23ª P. J. da Capital);

16.9 E-doc n. 07010458712202268 - Inquérito Civil Público n. 2021.0000441 (1ª P. J. de Pedro Afonso);

16.10 E-doc n. 07010462173202261 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003590 (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);

16.11 E-doc n. 07010462142202219 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004480 (23ª P. J. da Capital);

16.12 E-doc n. 07010462127202262 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005880 (23ª P. J. da Capital);

16.13 E-doc n. 07010460210202213 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004876 (23ª P. J. da Capital);

17 Expedientes informando Judicialização de Ações em Procedimentos Extrajudiciais:

17.1 E-doc n. 07010458382202219 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006148 (23ª P. J. da Capital);

17.2 E-doc n. 07010458254202267 - Inquérito Civil Público n. 2020.0006148 (23ª P. J. da Capital);

17.3 E-doc n. 07010458927202289 - Inquérito Civil Público n. 2019.0003537 (2ª P. J. de Araguaia);

18 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais:

18.1 E-doc n. 07010459394202252 – Procedimento Administrativo n. 2021.0004283 (P. J. de Araguaia);

18.2 E-doc n. 07010459392202263 – Procedimento Administrativo n. 2021.0006953 (P. J. de Araguaia);

18.3 E-doc n. 07010459447202235 – Procedimento Administrativo n. 2021.0000464 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);

18.4 E-doc n. 07010459980202213 – Procedimento Administrativo n. 001/2017 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto Médio Tocantins);

18.5 E-doc n. 07010458169202215 - Notícia de Fato n. 2022.0001465 (2ª P. J. de Guaraí);

18.6 E-doc n. 07010458219202248 - Notícia de Fato n. 2022.0000386 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.7 E-doc n. 07010459090202295 - Notícia de Fato n. 2022.0000990 (2ª P. J. de Colméia);

18.8 E-doc n. 07010459258202262 - Notícia de Fato n. 2022.0000626 (19ª P. J. da Capital);

18.9 E-doc n. 07010461640202236 - Notícia de Fato n. 2022.0001665 (19ª P. J. da Capital);

18.10 E-doc n. 07010458495202214 - Procedimento Administrativo n. 2018.0007836 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.11 E-doc n. 07010458486202215 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004016 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.12 E-doc n. 07010458311202216 - Procedimento Administrativo n. 2020.0003832 (2ª P. J. de Araguaia);

18.13 E-doc n. 07010458557202281 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003745 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.14 E-doc n. 07010458278202216 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006983 (19ª P. J. da Capital);

18.15 E-doc n. 07010459310202281 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003532 (P. J. de Pium);

18.16 E-doc n. 07010459309202256 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007233 (19ª P. J. da Capital);

18.17 E-doc n. 07010459314202269 - Procedimento Administrativo

n. 2021.0003242 (19ª P. J. da Capital);

18.18 E-doc n. 07010458554202246 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003220 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.19 E-doc n. 07010458553202218 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005035 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.20 E-doc n. 07010458550202268 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004771 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.21 E-doc n. 07010458503202214 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005538 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.22 E-doc n. 07010458534202275 - Procedimento Administrativo n. 2019.0004482 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.23 E-doc n. 07010458505202211 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005917 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.24 E-doc n. 07010458493202217 - Procedimento Administrativo n. 2019.0001800 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.25 E-doc n. 07010458488202212 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007248 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.26 E-doc n. 07010458489202259 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007249 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.27 E-doc n. 07010458484202226 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000471 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.28 E-doc n. 07010458481202292 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000576 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.29 E-doc n. 07010458500202281 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007290 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);

18.30 E-doc n. 07010458473202246 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009779 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.31 E-doc n. 07010458452202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009376 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.32 E-doc n. 07010458445202229 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002509 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.33 E-doc n. 07010458210202237 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002801 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.34 E-doc n. 07010458193202238 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001945 (2ª P. J. de Tocantinópolis);

18.35 E-doc n. 07010458145202241 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005036 (6ª P. J. de Porto Nacional);

18.36 E-doc n. 07010458260202214 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008784 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.37 E-doc n. 07010458244202221 - Procedimento Administrativo n. 2020.0004336 (4ª P. J. de Porto Nacional);

18.38 E-doc n. 07010458234202296 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003754 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.39 E-doc n. 07010458644202237 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009780 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.40 E-doc n. 07010458677202287 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003759 (7ª P. J. de Porto Nacional);

18.41 E-doc n. 07010459232202214 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005287 (P. J. de Natividade);

18.42 E-doc n. 07010459238202291 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005151 (P. J. de Natividade);

18.43 E-doc n. 07010460737202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009126 (30ª P. J. da Capital);

18.44 E-doc n. 07010459205202241 – Procedimento Administrativo n. 2020.0006560 (2ª P. J. de Araguaia);

18.45 E-doc n. 07010460737202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006983 (19ª P. J. da Capital);

- 18.46 E-doc n. 07010460734202298 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008168 (30ª P. J. da Capital);
- 18.47 E-doc n. 07010460674202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006659 (3ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.48 E-doc n. 07010460663202223 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000910 (19ª P. J. da Capital);
- 18.49 E-doc n. 07010460661202234 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006610 (19ª P. J. da Capital);
- 18.50 E-doc n. 07010460661202234 - Procedimento Administrativo n. 2017.0003462 (23ª P. J. da Capital);
- 18.51 E-doc n. 07010460947202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000114 (2ª P. J. de Araguatins);
- 18.52 E-doc n. 07010460895202281 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003783 (2ª P. J. de Guaraí);
- 18.53 E-doc n. 07010460997202213 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000392 (2ª P. J. de Araguatins);
- 18.54 E-doc n. 07010461037202254 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001635 (7ª P. J. de Araguaína);
- 18.55 E-doc n. 07010461358202259 - Procedimento Administrativo n. 009/2017 (2ª P. J. de Tocantinópolis);
- 18.56 E-doc n. 07010461577202238 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003347 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.57 E-doc n. 07010461593202221 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009820 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.58 E-doc n. 07010461672202231 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007821 (19ª P. J. da Capital);
- 18.59 E-doc n. 07010461442202272 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000442 (19ª P. J. da Capital);
- 18.60 E-doc n. 07010461429202213 - Procedimento Administrativo n. 2020.0008052 (2ª P. J. de Araguatins);
- 18.61 E-doc n. 07010461845202211 - Procedimento Administrativo n. 2019.0001531 (1ª P. J. de Arraias);
- 18.62 E-doc n. 07010462240202248 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000361 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.63 E-doc n. 07010462562202297 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005846 (19ª P. J. da Capital);
- 18.64 E-doc n. 07010462325202226 - Notícia de Fato n. 2021.0002228 (P. J. de Arapoema);
- 18.65 E-doc n. 07010462321202248 - Notícia de Fato n. 2022.0001979 (2ª P. J. de Guaraí);
- 18.66 E-doc n. 07010462479202218 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000395 (19ª P. J. da Capital);
- 18.67 E-doc n. 07010462481202297 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000694 (P. J. de Itaguatins);
- 18.68 E-doc n. 07010462305202255 - Procedimento Administrativo n. 2019.0003065 (1ª P. J. de Arraias);
- 18.69 E-doc n. 07010462277202276 - Procedimento Administrativo n. 2019.0000360 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.70 E-doc n. 07010462289202217 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000359 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.71 E-doc n. 07010462251202228 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000358 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.72 E-doc n. 07010462971202293 - Notícia de Fato n. 2022.0001595 (21ª P. J. da Capital);
- 18.73 E-doc n. 07010462969202214 - Notícia de Fato n. 2022.0001787 (21ª P. J. da Capital);
- 18.74 E-doc n. 07010462967202225 - Notícia de Fato n. 2022.0001789 (2ª P. J. da Capital);
- 18.75 E-doc n. 07010462963202247 - Notícia de Fato n. 2021.0005787 (21ª P. J. da Capital);
- 18.76 E-doc n. 07010462965202236 - Notícia de Fato n. 2022.0001827 (21ª P. J. da Capital);
- 18.77 E-doc n. 07010462857202263 - Notícia de Fato n. 2022.0001156 (P. J. de Arapoema);
- 18.78 E-doc n. 07010462825202268 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002199 (19ª P. J. da Capital);
- 18.79 E-doc n. 07010462654202277 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003619 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 18.80 E-doc n. 07010462578202216 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002400 (P. J. de Itaguatins);
- 18.81 E-doc n. 07010463140202239 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000180 (19ª P. J. da Capital);
- 18.82 E-doc n. 07010463386202219 - Notícia de Fato n. 2021.0008720 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.83 E-doc n. 07010463333202291 - Notícia de Fato n. 2022.0001513 (19ª P. J. da Capital);
- 18.84 E-doc n. 07010463385202266 - Notícia de Fato n. 2021.0008882 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.85 E-doc n. 07010463484202248 - Procedimento Administrativo n. 2020.0007719 (6ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.86 E-doc n. 07010463423202281 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005292 (20ª P. J. da Capital);
- 18.87 E-doc n. 07010463406202243 - Notícia de Fato n. 2021.0008698 (4ª P. J. da Capital);
- 18.88 E-doc n. 07010463392202268 - Notícia de Fato n. 2021.0009438 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.89 E-doc n. 07010463388202216 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005479 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.90 E-doc n. 07010463395202218 - Notícia de Fato n. 2022.0000385 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.91 E-doc n. 07010463539202211 - Notícia de Fato n. 2022.0001442 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.92 E-doc n. 07010463765202217 - Procedimento Administrativo n. 2019.0008118 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 18.93 E-doc n. 07010463766202245 - Procedimento Administrativo n. 2019.0005732 (2ª P. J. de Colinas do Tocantins);
- 18.94 E-doc n. 07010463721202271 - Notícia de Fato n. 2021.0002178 (22ª P. J. da Capital);
- 18.95 E-doc n. 07010463883202217 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005865 (19ª P. J. da Capital);
- 18.96 E-doc n. 07010464157202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0001250 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.97 E-doc n. 07010464159202219 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001650 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.98 E-doc n. 07010464147202278 - Inquérito Civil Público n. 2018.0006031 (23ª P. J. da Capital);
- 18.99 E-doc n. 07010463789202251 - Notícia de Fato n. 2021.0008817 (21ª P. J. da Capital);
- 18.100 E-doc n. 07010464951202257 - Procedimento Administrativo n. 2019.0006532 (P. J. de Arapoema);
- 18.101 E-doc n. 07010458951202218 - Notícia de Fato n. 2022.0001166 (19ª P. J. da Capital);
- 18.102 E-doc n. 07010458924202245 - Notícia de Fato n. 2021.0008262 (21ª P. J. da Capital);

- 18.103 E-doc n. 07010459770202217 - Notícia de Fato n. 2022.0000897 (19ª P. J. da Capital);
- 18.104 E-doc n. 07010462136202253 - Notícia de Fato n. 2022.0001955 (19ª P. J. da Capital);
- 18.105 E-doc n. 07010459652202217 - Notícia de Fato n. 2022.0001700 (2ª P. J. de Guaraí);
- 18.106 E-doc n. 07010459549202251 - Notícia de Fato n. 2021.0008164 (2ª P. J. de Colméia);
- 18.107 E-doc n. 07010464299202271 - Notícia de Fato n. 2022.0001714 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.108 E-doc n. 07010464332202262 - Notícia de Fato n. 2020.0006614 (P. J. de Arapoema);
- 18.109 E-doc n. 07010464337202295 - Notícia de Fato n. 2021.0008034 (P. J. de Arapoema);
- 18.110 E-doc n. 07010464327202251 - Notícia de Fato n. 2021.0005302 (P. J. de Arapoema);
- 18.111 E-doc n. 07010464335202212 - Notícia de Fato n. 2021.0007522 (P. J. de Arapoema);
- 18.112 E-doc n. 07010458959202284 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006512 (19ª P. J. da Capital);
- 18.113 E-doc n. 07010459069202291 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000051 (9ª P. J. de Gurupi);
- 18.114 E-doc n. 07010458955202212 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002686 (19ª P. J. da Capital);
- 18.115 E-doc n. 07010459542202239 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002955 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.116 E-doc n. 07010458689202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0004247 (P. J. de Alvorada);
- 18.117 E-doc n. 07010458998202281 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008919 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.118 E-doc n. 07010459017202213 - Procedimento Administrativo n. 2021.0004598 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.119 E-doc n. 07010458986202257 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009815 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.120 E-doc n. 07010458810202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0009781 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.121 E-doc n. 07010460583202278 - Procedimento Administrativo n. 2020.0005142 (12ª P. J. de Araguaína);
- 18.122 E-doc n. 07010460009202211 - Procedimento Administrativo n. 2019.0007750 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.123 E-doc n. 07010459990202232 - Notícia de Fato n. 2022.0000873 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.124 E-doc n. 07010458713202211 - Procedimento Administrativo n. 2020.0002911 (P. J. de Natividade);
- 18.125 E-doc n. 07010459440202213 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002956 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.126 E-doc n. 07010459570202256 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002936 (7ª P. J. de Porto Nacional);
- 18.127 E-doc n. 07010459516202219 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005687 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.128 E-doc n. 07010459518202216 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005065 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.129 E-doc n. 07010459450202259 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005059 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.130 E-doc n. 07010459448202281 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000480 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.131 E-doc n. 07010460326202236 - Procedimento Administrativo n. 2021.0006054 (19ª P. J. da Capital);
- 18.132 E-doc n. 07010460323202219 - Procedimento Administrativo n. 2021.0008388 (19ª P. J. da Capital);
- 18.133 E-doc n. 07010460339202213 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003497 (9ª P. J. de Gurupi);
- 18.134 E-doc n. 07010460328202225 - Procedimento Administrativo n. 2021.0007951 (19ª P. J. da Capital);
- 18.135 E-doc n. 07010462134202264 - Procedimento Administrativo n. 2022.0000414 (19ª P. J. da Capital);
- 18.136 E-doc n. 07010461946202292 - Procedimento Administrativo n. 2022.0001278 (14ª P. J. de Araguaína);
- 18.137 E-doc n. 07010461879202214 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000426 (P. J. de Palmeirópolis);
- 18.138 E-doc n. 07010461955202283 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003611 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 18.139 E-doc n. 07010461959202261 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003614 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 18.140 E-doc n. 07010461961202231 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003617 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 18.141 E-doc n. 07010461964202274 - Procedimento Administrativo n. 2021.0003620 (Força Tarefa Ambiental no Tocantins);
- 18.142 E-doc n. 07010462209202215 - Procedimento Administrativo n. 2021.0000357 (6ª P. J. de Gurupi);
- 18.143 E-doc n. 07010464293202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005061 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.144 E-doc n. 07010464301202211 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005180 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.145 E-doc n. 07010464295202292 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005169 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 18.146 E-doc n. 07010464300202267 - Procedimento Administrativo n. 2021.0005174 (2ª P. J. de Paraíso do Tocantins);
- 19 Expedientes de remessa, para ciência, de cópias das Promoções de Arquivamentos de Procedimentos Extrajudiciais com determinação de remessa dos autos ao CSMP:
- 19.1 E-doc n. 07010458314202241 - Inquérito Civil Público n. 2021.0004999 (2ª P. J. de Araguatins);
- 19.2 E-doc n. 07010459088202216 - Inquérito Civil Público n. 2018.0010475 (12ª P. J. de Araguaína);
- 19.3 E-doc n. 07010461191202226 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001773 (4ª P. J. de Porto Nacional);
- 19.4 E-doc n. 07010461519202212 - Inquérito Civil Público n. 2017.0001193 (P. J. de Araguaçu);
- 19.5 E-doc n. 07010461622202254 - Inquérito Civil Público n. 2020.0005359 (P. J. Regional Ambiental do Bico do Papagaio);
- 19.6 E-doc n. 07010461515202226 - Inquérito Civil Público n. 2018.0009899 (P. J. de Araguaçu);
- 19.7 E-doc n. 07010462624202261 - Inquérito Civil Público n. 2019.0004485 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);
- 19.8 E-doc n. 07010462688202261 - Inquérito Civil Público n. 2018.0004171 (6ª P. J. de Araguaína);
- 19.9 E-doc n. 07010463015202229 - Inquérito Civil Público n. 2020.0004582 (P. J. Regional Ambiental do Bico do Papagaio);
- 19.10 E-doc n. 07010463969202231 - Procedimento Preparatório n. 2021.0003032 (27ª P. J. da Capital);
- 19.11 E-doc n. 07010464150202291 - Inquérito Civil Público n.

2020.0005728 (P. J. de Pium);

19.12 E-doc n. 07010458742202274 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001551 (P. J. de Ponte Alta do Tocantins);

19.13 E-doc n. 07010458692202225 - Inquérito Civil Público n. 2020.0003200 (2ª P. J. de Araguaínas);

19.14 E-doc n. 07010460597202291 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005819 (20ª P. J. da Capital);

20 Expedientes de comunicação de digitalização de autos físicos e inclusão no sistema de procedimento extrajudicial eletrônico - E-ext:

20.1 E-doc n. 07010459144202212 - Inquérito Civil Público n. 4/201 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0001643 (4ª P. J. de Porto Nacional);

20.2 E-doc n. 07010463610202264 - Inquérito Civil Público n. 12/2014 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0002246 (4ª P. J. de Porto Nacional);

20.3 E-doc n. 07010463612202253 - Inquérito Civil Público n. 16/2014 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0002247 (4ª P. J. de Porto Nacional);

20.4 E-doc n. 07010463762202267 - Inquérito Civil Público n. 44/2015 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0001857 (5ª P. J. de Porto Nacional);

20.5 E-doc n. 07010463759202243 - Inquérito Civil Público n. 61/2015 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0001537 (5ª P. J. de Porto Nacional);

20.6 E-doc n. 07010464921202241 - Inquérito Civil Público n. 23/2017 cadastrado no E-ext sob o n. 2021.0000966 (P. J. Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins);

20.7 E-doc n. 07010459005202299 - Inquérito Civil Público n. 007/2014 cadastrado no E-ext sob o n. 2022.0001599 (4ª P. J. de Porto Nacional);

21 Expedientes de remessa, para ciência, de cópia de Recomendação expedida em Procedimento Extrajudicial:

21.1 E-doc n. 07010458214202215 - Procedimento Administrativo n. 2021.0002800 (4ª P. J. de Porto Nacional);

21.2 E-doc n. 07010463402202265 - Inquérito Civil Público n. 2019.0001775 (4ª P. J. de Porto Nacional);

22 Expediente de comunicação de conversão de Procedimento Extrajudicial:

22.1 E-doc n. 07010463855202291 - Procedimento Preparatório n. 2021.0006601 em Inquérito Civil Público (Força Tarefa Ambiental no Araguaia);

23 Expediente informando Firmamento Termo de Ajustamento de Conduta - TAC:

23.1 E-doc n. 07010462754202211 - Inquérito Civil Público n. 2018.0000412 (7ª P. J. de Gurupi);

23.2 E-doc n. 07010458900202296 - Inquérito Civil Público n. 2017.0000216 (23ª P. J. da Capital);

23.3 E-doc n. 07010458852202236 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001427 (15ª P. J. da Capital);

23.4 E-doc n. 07010458847202223 - Inquérito Civil Público n. 2018.0005527 (15ª P. J. da Capital);

23.5 E-doc n. 07010458849202212 - Inquérito Civil Público n. 2022.0001424 (15ª P. J. da Capital);

23.6 E-doc n. 07010464313202236 - Inquérito Civil Público n. 2021.0005449 (15ª P. J. da Capital);

24 Expedientes em que informam declínio de atribuição de Procedimento Extrajudicial entre Promotorias de Justiça:

24.1 E-doc n. 07010459328202282 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2017.0003879 à Promotoria de Justiça

Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins (1ª P. J. de Arraias);

24.2 E-doc n. 07010459127202285 - Determina remessa do Inquérito Civil Público n. 2019.0004527 à Promotoria de Justiça Regional Especializada em Educação (2ª P. J. de Arraias);

24.3 E-doc n. 07010462941202287 - Determina remessa da Notícia de Fato n. 2022.0001022 à Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Tocantins (1ª P. J. de Arraias);

25 E-doc n. 07010464116202217 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia do Acordo de Não Persecução Cível - Procedimento Administrativo n. 2021.0006594 (Secretário José Demóstenes de Abreu);

26 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Luciano Cesar Casaroti:

26.1 Autos CSMP n. 32/2021 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 101/2015;

26.2 E-ext n. 2017.0001512 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.3 E-ext n. 2018.0006951 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.4 E-ext n. 2018.0007980 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.5 E-ext n. 2018.0009331 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.6 E-ext n. 2018.0010126 - Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.7 E-ext n. 2018.0010508 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.8 E-ext n. 2019.0000466 - Interessada: 13ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.9 E-ext n. 2019.0000530 - Interessada: Promotoria de Justiça de Goiatins. Assunto: Declínio de Atribuição de Inquérito Civil Público;

26.10 E-ext n. 2019.0000950 - Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.11 E-ext n. 2019.0001268 - Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.12 E-ext n. 2019.0002908 - Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.13 E-ext n. 2019.0003071 - Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.14 E-ext n. 2019.0003834 - Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.15 E-ext n. 2019.0004222 - Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.16 E-ext n. 2019.0005256 - Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de

Inquérito Civil Público;

26.17 E-ext n. 2019.0006501 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.18 E-ext n. 2019.0007384 - Interessada: Promotoria de Justiça de Pium. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.19 E-ext n. 2020.0000548 - Interessada: Promotoria de Justiça de Itacajá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.20 E-ext n. 2020.0004410 - Interessada: Força Tarefa Ambiental no Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.21 E-ext n. 2020.0006545 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.22 E-ext n. 2020.0006739 - Interessada: Força Tarefa Ambiental no Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.23 E-ext n. 2020.0006751 - Interessada: Força Tarefa Ambiental no Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.24 E-ext n. 2021.0001314 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.25 E-ext n. 2021.0003288 - Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.26 E-ext n. 2021.0003305 - Interessada: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.27 E-ext n. 2021.0003467 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.28 E-ext n. 2021.0003597 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.29 E-ext n. 2021.0004218 - Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Arraias. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

26.30 E-ext n. 2021.0004664 - Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

26.31 E-ext n. 2022.0000588 - Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso contra Indeferimento de Notícia de Fato;

27 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro José Demóstenes de Abreu

27.1 E-ext n. 2017.0001380 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.2 E-ext n. 2017.0001656 - Interessada: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.3 E-ext n. 2017.0003144 - Interessada: Promotoria de Justiça de Araguacema. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.4 E-ext n. 2018.0004486 - Interessada: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.5 E-ext n. 2018.0006165 - Interessada: 12ª Promotoria

de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.6 E-ext n. 2018.0006411 - Interessada: Força Tarefa Ambiental no Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.7 E-ext n. 2018.0006530 - Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.8 E-ext n. 2018.0007574 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.9 E-ext n. 2018.0008565 - Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.10 E-ext n. 2018.0009701 - Interessada: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.11 E-ext n. 2018.0010208 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.12 E-ext n. 2018.0010280 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.13 E-ext n. 2019.0002212 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.14 E-ext n. 2019.0003993 - Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.15 E-ext n. 2019.0004319 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.16 E-ext n. 2019.0005997 - Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Colméia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.17 E-ext n. 2019.0006126 - Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.18 E-ext n. 2019.0006270 - Interessada: Força Tarefa Ambiental no Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.19 E-ext n. 2019.0006655 - Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.20 E-ext n. 2019.0007244 - Interessada: Promotoria de Justiça de Itaguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.21 E-ext n. 2019.0007393 - Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.22 E-ext n. 2019.0007883 - Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

27.23 E-ext n. 2020.0000429 - Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.24 E-ext n. 2020.0000712 - Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.25 E-ext n. 2020.0001104 - Interessada: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de

Inquérito Civil Público;

27.26 E-ext n. 2020.0001211 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.27 E-ext n. 2020.0001802 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.28 E-ext n. 2020.0002060 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.29 E-ext n. 2020.0004873 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.30 E-ext n. 2020.0005276 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

27.31 E-ext n. 2020.0006568 – Interessada: Força Tarefa Ambiental no Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.32 E-ext n. 2020.0006727 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.33 E-ext n. 2020.0006952 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.34 E-ext n. 2020.0007345 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Administrativo;

27.35 E-ext n. 2020.0007411 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.36 E-ext n. 2020.0007887 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.37 E-ext n. 2021.0001000 – Interessada: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.38 E-ext n. 2021.0003273 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.39 E-ext n. 2021.0003501 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.40 E-ext n. 2021.0004115 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Recurso contra Indeferimento de Notícia de Fato;

27.41 E-ext n. 2021.0004575 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.42 E-ext n. 2021.0004668 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

27.43 E-ext n. 2021.0005008 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.44 E-ext n. 2021.0006637 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.45 E-ext n. 2021.0006946 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.46 E-ext n. 2021.0007145 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

27.47 E-ext n. 2021.0007412 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Marco Antonio Alves Bezerra:

28.1 Autos CSMP n. 193/2020 – Interessada: Promotoria de Justiça de Arapoema. Assunto: Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil Público n. 60/2016;

28.2 Autos CSMP n. 054/2021 – Interessada: Promotoria de Justiça de Natividade. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório n. 09/2016;

28.3 E-ext n. 2017.0000959 – Interessada: 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.4 E-ext n. 2017.0003061 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.5 E-ext n. 2018.0004437 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.6 E-ext n. 2018.0006083 – Interessada: 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.7 E-ext n. 2018.0006433 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.8 E-ext n. 2018.0007518 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.9 E-ext n. 2018.0008011 – Interessada: Promotoria de Justiça de Cristalândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.10 E-ext n. 2019.0000843 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.11 E-ext n. 2019.0003466 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.12 E-ext n. 2019.0003629 – Interessada: Promotoria de Justiça de Ananás. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.13 E-ext n. 2019.0004725 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.14 E-ext n. 2019.0004973 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.15 E-ext n. 2019.0005581 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.16 E-ext n. 2019.0006433 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.17 E-ext n. 2019.0007492 – Interessada: 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.18 E-ext n. 2019.0007564 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Miranorte. Assunto: Promoção de Arquivamento de

Inquérito Civil Público;

28.19 E-ext n. 2019.0007948 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.20 E-ext n. 2020.0000795 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.21 E-ext n. 2020.0000805 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.22 E-ext n. 2020.0000929 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.23 E-ext n. 2020.0001013 – Interessada: Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.24 E-ext n. 2020.0001494 – Interessada: Promotoria de Justiça de Novo Acordo. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.25 E-ext n. 2020.0004178 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.26 E-ext n. 2020.0004402 – Interessada: Força Tarefa Ambiental no Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.27 E-ext n. 2020.0004411 – Interessada: Força Tarefa Ambiental no Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.28 E-ext n. 2020.0004946 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.29 E-ext n. 2020.0005644 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.30 E-ext n. 2020.0006756 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.31 E-ext n. 2020.0007526 – Interessada: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.32 E-ext n. 2021.0000624 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.33 E-ext n. 2021.0000690 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.34 E-ext n. 2021.0001181 – Interessada: Promotoria de Justiça de Alvorada. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.35 E-ext n. 2021.0001185 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.36 E-ext n. 2021.0003048 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

28.37 E-ext n. 2021.0003088 – Interessada: Promotoria de Justiça de Itacajá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.38 E-ext n. 2021.0005036 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguaçu. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

28.39 E-ext n. 2021.0005495 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29 Apreciação de feitos da relatoria do Conselheiro Moacir Camargo de Oliveira;

29.1 E-ext n. 2017.0000838 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.2 E-ext n. 2017.0001193 – Interessada: Promotoria de Justiça de Araguaçu. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.3 E-ext n. 2017.0002638 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.4 E-ext n. 2017.0003071 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.5 E-ext n. 2017.0003073 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.6 E-ext n. 2018.0006601 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.7 E-ext n. 2018.0007077 – Interessada: 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.8 E-ext n. 2018.0008055 – Interessada: Promotoria de Justiça de Xambioá. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.9 E-ext n. 2018.0010067 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Araguatins. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.10 E-ext n. 2018.0010143 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Arraias. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.11 E-ext n. 2019.0001265 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.12 E-ext n. 2019.0001402 – Interessada: 28ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.13 E-ext n. 2019.0003263 – Interessada: 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.14 E-ext n. 2019.0004159 – Interessada: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.15 E-ext n. 2019.0004955 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.16 E-ext n. 2019.0006265 – Interessada: 2ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.17 E-ext n. 2019.0007259 – Interessada: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.18 E-ext n. 2019.0007336 – Interessada: 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.19 E-ext n. 2020.0000150 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito

Civil Público;

29.20 E-ext n. 2020.0000151 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.21 E-ext n. 2020.0001681 – Interessada: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.22 E-ext n. 2020.0002595 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.23 E-ext n. 2020.0004018 – Interessada: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.24 E-ext n. 2020.0005592 – Interessada: 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.25 E-ext n. 2020.0005962 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.26 E-ext n. 2020.0006897 – Interessada: Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.27 E-ext n. 2020.0007460 – Interessada: 27ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.28 E-ext n. 2020.0007728 – Interessada: Promotoria de Justiça de Tocantínia. Assunto: Promoção de Arquivamento de Notícia de Fato;

29.29 E-ext n. 2021.0000756 – Interessada: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Promoção de Arquivamento de Procedimento Preparatório;

29.30 E-ext n. 2021.0004994 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Promoção de Arquivamento de Inquérito Civil Público;

29.31 E-ext n. 2021.0008102 – Interessada: 5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional. Assunto: Recurso contra Indeferimento de Notícia de Fato;

29.32 E-ext n. 2022.0001419 – Interessada: 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi. Assunto: Recurso contra Indeferimento de Notícia de Fato;

30 Outros assuntos.

PUBLIQUE-SE.

Palmas, 11 de abril de 2022.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CSMP/TO

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

920109 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2019.0007606

Procedimento Administrativo nº 2019.0007606

12ª Promotoria de Justiça de Araguaína

Interessado: Secretaria Municipal de Infraestrutura de Araguaína/TO

Trata-se de Procedimento Administrativo nº 2019.0007606, instaurado na 12ª Promotoria de Justiça, em 21 de novembro de 2019, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 001/2017 celebrado entre o Município de Araguaína, a Secretaria Municipal de Planejamento e Tecnologia, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e as empresas e A3 Empreendimentos Imobiliários LTDA, A4 Empreendimentos Imobiliários LTDA, A5 Empreendimentos Imobiliários LTDA, visando dentre outros, a regularização urbanística do Loteamento Jardim dos Ipês e Jardim dos Ipês 2ª etapa, no Município de Araguaína.

Dentre as obrigações assumidas pelos compromissários restou firmado o compromisso de: “ 3.1. A A3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (Loteamento Jardim dos Ipês I), obriga-se a: I – Executar e concluir até 31 de dezembro de 2017 as obras de drenagem superficial e profunda em conformidade aos projetos apresentados e aprovados pela municipalidade, os quais integram o presente instrumento, e os reparos necessários apontados no Relatório de Vistoria conjunta, datado de 03 de agosto de 2017, integrante deste instrumento, ressalvada a vistoria final. II – a prorrogar a vigência da Apólice de Seguro Garantia nº 0306920179907750178508000, emitida pela Pottencial Seguradora S/A em favor do MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO, no valor de R\$ 6.438.000,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil reais), em atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 350, de 26 de Março de 2015, cuja apólice tem por objetivo a garantia do Contrato decorrente do Processo SMF 2041/2010, conclusão de obras de infraestrutura do Loteamento Jardim dos Ipês 1, na cidade de Araguaína/TO, e ora é ofertada em substituição aos lotes caucionados e a seguir enumerados: Quadra nº 20, lotes 07 a 28 e 36 a 57; Quadra nº 21, lotes 06 a 28 e 36 a 58; Quadra nº 22, lotes 06 a 29 e 37 a 60; Quadra nº 23, lotes 06 a 30 e 38 a 62; Quadra nº 26, lotes 07 a 28 e 36 a 57; Quadra nº 27, lotes 07 a 27 e 35 a 55; e Quadra nº 28, lotes 08 a 27 e 34 a 53, todos situados no Loteamento Jardim dos Ipê nesta urbe”.

“3.2. A A4 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA (Loteamento Jardim dos Ipês II), obriga-se a: I – Executar e concluir até 31 de dezembro de 2018 as obras de drenagem superficial e profunda em conformidade aos projetos apresentados e aprovados pela municipalidade, os quais integram o presente instrumento, e os reparos necessários apontados no Relatório de Vistoria conjunta, datado de 26 de maio de 2017, integrante deste instrumento, ressalvada a vistoria final. II – a prorrogar a vigência da Apólice de Seguro Garantia nº 03069201 799077501 78510000, emitida pela Pottencial Seguradora S/A em favor do MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA/TO, no valor de R\$ 6.984.000,00 (seis milhões e novecentos e oitenta e quatro mil reais), em atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº- 350, de 26 de Março de 2015, cuja apólice tem por objetivo a garantia do Contrato decorrente do Processo SMF 3743/2011, conclusão de obras de infraestrutura do Loteamento Jardim dos Ipês 2, na cidade de Araguaína/TO, e ora é ofertada em substituição aos

lotes caucionados e a seguir enumerados: Quadra no 52, lotes 01 a 60; Quadra nº 76, lotes 36 a 60; Quadra nº- 77, lotes 01 a 60; Quadra nº 78, lotes 01 a 60; Quadra nº 79, lotes 01 a 60; Quadra nº 80, lotes 01 a 60, todos situados no Loteamento Jardim dos Ipês II, nesta urbe”.

“3.3. A A5 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA (Loteamento Jardim dos Ipês III), obriga-se a: I – Executar e concluir até 31 de dezembro de 2018 as obras de drenagem superficial e profunda em conformidade aos projetos apresentados e aprovados pela municipalidade, os quais integram o presente instrumento, e os reparos necessários apontados no Relatório de Vistoria conjunta, datado de 17 de maio de 2017, integrante deste instrumento, ressalvada a vistoria final. II – Proceder à doação ao MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA — TO, sem qualquer ônus para este, no prazo de até 210 (duzentos e dez) dias, contados da assinatura do presente TAC, de todos os lotes microparcelados e situados em área alagadiça, em conformidade com a readequação do projeto urbanístico aprovado pela municipalidade, integrante do presente TAC, correndo por conta do empreendedor as despesas cartorárias de escrituração e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Araguaína — TO”.

Oficiado a prestar informações acerca do cumprimento das obrigações avençadas no referido TAC, o Município de Araguaína encaminhou o Memorando nº 027/2021 da SEPLAN, onde relata que após vistoria in loco, constatou-se o cumprimento integral do TAC em comento. Encaminharam ainda, cópia de Parecer Técnico, onde restou constatado, no dia 29 de agosto de 2019, que os empreendimentos haviam cumprido todas as obrigações, como limpeza de vias assoreadas, instalação e manutenção de rede de drenagem, restauração de meio-fio, serviços de tapa buraco, correção de patologias no revestimento asfáltico, garantindo um bom estado de uso e durabilidade.

Diante o cumprimento do TAC 001/2017 o Município de Araguaína recebeu definitivamente as obras de infraestrutura básica dos Loteamentos Jardim dos Ipês I, consistentes em: pavimentação e drenagem pluvial, rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e de iluminação pública, executadas pela empresa empreendedora A3 Empreendimentos Imobiliários Ltda, aprovado pelo Decreto Municipal nº 038/2010, de 05 de maio de 2010; Jardim dos Ipês II, consistentes em: sistema viário, terraplanagem, drenagem pluvial, guias e sarjetas, pavimentação asfáltica, rede para abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e de iluminação pública, executadas pela empresa empreendedora A4 Empreendimentos Imobiliários, aprovado pelo Decreto Municipal nº 032/2011, de 17 de junho de 2011; Jardim dos Ipês III, consistentes em: pavimentação e drenagem pluvial, rede para abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e de iluminação pública, executadas pela empresa empreendedora A5 Empreendimentos Imobiliários Ltda, aprovado pelo Decreto Municipal nº 051/2012, de 08 de outubro de 2012..

Conforme documentos anexados pelo Município de Araguaína nos eventos 09 e 12, restou comprovado que os empreendimentos

imobiliários A3, A4 e A5, cumpriram com as obrigações firmadas no TAC 001/2017, onde restou comprovada a regularização urbanística dos Loteamentos Jardim dos Ipês I, II e III.

É o relatório.

Diante do exposto, considerando que no bojo das investigações preliminares constatou-se a inexistência de razões que motivem a atuação do Ministério Público Ambiental, posto que, sob o prisma do meio ambiente e urbanismo, as irregularidades urbanísticas presentes nos Loteamentos Jardim dos Ipês I, II e III foram sanadas com o cumprimento do TAC 001/2017, promovo o ARQUIVAMENTO do presente Procedimento Administrativo, com fundamento nos artigos 27 e 41 da Resolução CSMP/TO nº 005/2018, de 20 de novembro de 2018.

Insta salientar que a presente promoção de arquivamento não impede a instauração de novo procedimento por fatos supervenientes ou o acionamento do Poder Judiciário por outras vias.

Anote-se o arquivamento nos registros eletrônicos.

Comuniquem-se os interessados. Comunique-se o Conselho Superior do Ministério Público.

Caso haja recurso, voltem os autos conclusos.

Após a juntada do comprovante de publicação da presente promoção de arquivamento e das notificações dos interessados, em não havendo recurso administrativo da decisão, no prazo de 10 dias, arquivem-se os presentes autos nesta Promotoria de Justiça, conforme artigo 27 da Resolução CSMP nº 005/2018.

Araguaína, 08 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/0961/2022

Processo: 2021.0009420

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu Promotor de Justiça signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais (art. 129, caput, e inciso III, da Constituição Federal), legais (art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; e art. 61, inciso I, da Lei Complementar estadual nº 51/08) e regulamentares (Resolução nº 05/2018, do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público);

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com a seguinte configuração:

1. Delimitação do objeto de apuração e pessoas envolvidas: Acompanhar a situação de vulnerabilidade e risco pessoal do senhor E.A.A, pessoa idosa, que apresenta grave sofrimento psicológico e teria tentado suicídio, conforme notificação nº 2553213 – 04/10/2021, da Secretaria Municipal da Saúde, inclusive a elaboração de um plano de atendimento específico e individualizado em saúde mental pela equipe multiprofissional do CAPS II.

2. Fundamento legal que autoriza a atuação do Ministério Público: Ao Ministério Público incumbe instaurar procedimento administrativo e propor ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses individuais indisponíveis do idoso, consoante art. 74, incisos I e V, da Lei nº 10.741/03, principalmente quando verificada a situação em risco, de forma a assegurar todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental, em condições de dignidade e com absoluta prioridade, nos termos dos arts. 2º, 3º e 43 do Estatuto do Idoso.

3. Determinação das diligências iniciais:

(3.1) Oficie-se à Secretaria da Saúde do Estado, requisitando complementação das informações apresentadas no Ofício nº 65/2022/SEMUS/GAB/ASSEJUR sobre a criação de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) pelo CAPS II, para tratamento individualizado do senhor E.A.A, pessoa idosa, em conjunto com estratégias de cuidado a assistência compartilhada em outros dispositivos de atenção em saúde, saúde mental, bem como da rede intersetorial (desenvolvimento social), e se houve aderência da pessoa idosa ao plano proposto.

(3.2) Oficie-se à Secretaria Municipal de Igualdade Social e da Mulher, requisitando a realização de visita domiciliar ao senhor E.A.A, pessoa idosa, bem como elaboração de relatório social, com o estudo da composição familiar, inclusive sobre o estado emocional, alimentação, lazer, uso de medicação, aderência ao tratamento no CAPS II, entre outras informações relevantes, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4. Designo a Analista Ministerial lotada nesta Promotoria de Justiça para secretariar o presente inquérito, independentemente de termo de compromisso, devendo-se atentar para a necessidade de que as requisições expedidas sejam sempre acompanhadas de cópia desta portaria.

5. Determino a afixação da portaria no local de costume, bem como a comunicação da instauração deste Procedimento Administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público.

Palmas, 11 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO GRISI NUNES
15ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

920109 - ARQUIVAMENTO

Processo: 2021.0009125

Trata-se de procedimento administrativo instaurado com o escopo de propor acordo de não persecução penal ao investigado Haroldo Costa de Oliveira, pela prática dos fatos apurados no Inquérito Policial nº 881/2019-DEMAG-Palmas (E-proc n.º 0053782-89.2019.8.27.2729), e acompanhar seu cumprimento em caso de aceitação.

O ANPP foi ofertado e aceito pelo investigado (evento 19) e posteriormente homologado em audiência pelo juízo da 3ª Vara Criminal de Palmas, conforme ata anexa (Processo Eproc n.º 0010088-65.2022.8.27.2729, evento 13).

Dispõe o § 6º do art. 28-A do Código de Processo Penal que, homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.

Diante desse regramento e do contido no Roteiro para Audiências de Não Persecução Penal editado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins (Processo SEI nº 21.0.000011308-2), determinou-se na referida audiência a intimação do órgão do Ministério Público que atua na vara de execuções penais, por meio do sistema e-Proc/TJTO, para que, no prazo de 60 dias, inicie a execução do acordo no juízo competente.

Logo, considerando que a atribuição para promover a execução do ANPP e, conseqüentemente, acompanhar o cumprimento de suas condições, é da 4ª Promotoria de Justiça da Capital (cujo membro já se encontra vinculado ao processo judicial correlato) e não deste órgão ministerial, arquivo o presente procedimento, pelo esgotamento de seu objeto.

Dispensa-se a cientificação do interessado, a teor do art. 28, § 2º, da citada Resolução.

Publique-se e cientifique-se o CSMP.

Anexos

Anexo I - Termo de audiência. ANPP Haroldo.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/1e50ef2289761def5cc6c26c6ff2a1c0

MD5: 1e50ef2289761def5cc6c26c6ff2a1c0

Palmas, 08 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
MARCIA MIRELE STEFANELLO VALENTE
30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PIC/0960/2022

Processo: 2022.0003050

O Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Promotor de Justiça ao final assinado, no uso das atribuições que lhes são conferidas na Constituição Federal (artigos 127, caput, e 129, I, II, VIII e IX), nas Leis Orgânicas (artigos 26 da Lei 8.625/93-LONMP; artigo 8o da LC 75/1993 – LOMP; e artigo 61 da LC no 51/2008- Lei Orgânica do Ministério Público Estadual do Tocantins); nas Resoluções no 13/2006 e 181/2017 (do Conselho Nacional do Ministério Público) e 001/2013, (do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público Estadual); o artigo 2o, inciso II, da Resolução no 13/2006 do CNMP; o item 2.5, da Recomendação nº 029/2015/CGMP/TO e na forma do artigo 4º, parágrafo único, do Código de Processo Penal, sendo que ao Ministério Público incumbe promover, privativamente, a Ação Penal Pública, e;

CONSIDERANDO que de acordo com o Ato nº 128/2018/PGJ são atribuições da 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins atuar perante as Varas Cíveis; na tutela dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis na esfera do Patrimônio Público, do Consumidor, do Meio Ambiente, da Defesa da Ordem Urbanística, da Cidadania, dos Registros Públicos, da Saúde, das Fundações e Entidades de Interesse Social, dos Acidentes de Trabalho, dos Ausentes, dos Hipossuficientes e dos Incapazes, inclusive na persecução penal dos ilícitos relacionados às áreas de sua atuação na tutela coletiva; e perante a Diretoria do Foro;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, no exercício de suas funções, pode instaurar inquéritos civis e outras medidas pertinentes, podendo, para instruí-los, promover inspeções e diligências investigativas, conforme expõe o artigo 26, caput, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 8.625/93;

CONSIDERANDO que o Procedimento Investigatório Criminal poderá ser instaurado de ofício, por membro do Ministério Público, no âmbito de suas atribuições criminais, ao tomar conhecimento de infração penal, por qualquer meio, ainda que informal, ou mediante provocação, conforme estabelece o artigo 3º, caput, da Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO atuação deste órgão ministerial no processo nº 0004481-61.2018.8.27.2713, no qual se tem notícia da qualidade de sócia pro forma da pessoa de Dinorah Maria Ferreira, que em verdade se trata de pessoa incapaz e que sequer tinha conhecimento de que integrava o quadro societário junto a empresa AGROGEO AGROPECUÁRIA LTDA, quando, na prática, sua quota empresarial pertenceria as pessoas de Baltazar Soares de Castro Júnior e Pedro Daniel Bittar;

CONSIDERANDO que no transcurso do referido processo, além da factível atuação da Sra. Dinorah Maria Ferreira como “sócia laranja” da AGROGEO, sobreveio notícia acerca de sua interdição, proferida em sentença transitada em julgado no processo nº 5293395-60.2021.8.09.0051 junto a Comarca de Goiânia/GO;

CONSIDERANDO que no evento 172 do processo nº 0004481-61.2018.8.27.2713 consta um rol do conglomerado de empresas que possivelmente tenham sido afetadas por atos jurídicos com vinculação da sócia fictícia Dinorah Maria Ferreira;

CONSIDERANDO que com a interdição de Dinorah Maria Ferreira foi nomeada como sua curadora a pessoa de Annuska Mendes, filha da curatelada e esposa do Sr. Baltazar Soares de Castro Júnior, a qual também possuirá qualidade de investigado neste procedimento investigatório;

CONSIDERANDO que da análise dos documentos coligidos no processo nº 0004481-61.2018.8.27.2713, os quais em parte seguem anexo a esta portaria, se denota, além da qualidade de sócia pro forma da interditada, a possibilidade do uso de seu nome para a prática de atos eivados de vícios, podendo configurar a prática de crime de abuso de incapaz, capitulado no art. 173 do Código Penal;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de realização de diligências no âmbito ministerial para melhor elucidação dos fatos, de forma a possibilitar o oferecimento de eventual denúncia ou arquivamento dos autos;

RESOLVE:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL, com a finalidade de apurar a possível prática de crime de abuso de incapazes consistente no uso de pessoa para a prática de atos suscetíveis de produzir efeito jurídico em prejuízo próprio ou de terceiro, além de possíveis outros desdobramentos criminais, tendo como investigados, por ora, as pessoas de, BALTAZAR SOARES DE CASTRO JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 534.500-2.841.177 SSP-GO e no CPF nº 229.232.251-04, com domicílio profissional na Rua 131, nº 145, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74093-200, Cel. nº (62) 99971-4088; PEDRO DANIEL BITTAR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG nº 1.132.864 SSP-GO e no CPF nº 261.350.271-15, com domicílio profissional na Rua 131, nº 145, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74093-200, Cel. nº (62) 99978-3312; SÉRGIO MURILLO STIVAL DE CASTRO BITTAR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 016.351.721-52, documento de identidade CNH nº 03446348147 DETRAN-GO, residente e domiciliado na Rua 108, nº 160, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP nº 74.085-080, Cel. nº (62) 99971-9111; BALTAZAR SOARES DE CASTRO NETO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 006.894.821-24, documento de identidade CNH nº 04618108745 DETRAN-GO, residente e domiciliado na Rua 131, Q F44, Lt 23, nº 23, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP nº 74.093-200, Cel. nº (62) 99957-6951 e (62) 98289-1516; CAROLINE STIVAL DE CASTRO, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF nº 041.749.161-10, documento de identidade RG nº 5.389.798 – SSP/GO, residente e domiciliada

na Rua Proteu, Q ACI, Lt 08, S/Nº, Cruzeiro do Sul, Goiânia-GO, CEP nº 74.093-200, Cel. nº (62) 98278-0077; ANNUSKA MENDES, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF nº 497.766.301-20, portadora do RG nº 1295638, com domicílio profissional na Rua 131, nº 145, Setor Sul, Goiânia-GO, CEP 74093-200, Tel. nº (62) 3241-9111 e Cel. nº (62) 98176-8984; e REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA ELLOS CONTÁBEIS, a qualificar, determinando-se, nesta oportunidade, as seguintes providências:

1. Autua-se no e-ext a presente Portaria, trazendo em anexo todos os documentos pertinentes ao feito;

2. Remeta-se via e-ext ao Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Tocantins dando ciência da instauração do presente Procedimento Investigatório Criminal, com cópia da presente portaria, para os fins do artigo 62 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/2008 e da Resolução nº 005/2018 do CSMP/TO, bem como, publique-se esta portaria na Área Operacional de Publicidade de Atos Oficiais do MP/TO – Diário Oficial Eletrônico;

3. Nomeio para secretariar os trabalhos o analista ministerial lotado na 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins-TO, o qual deve desempenhar a função com lisura e presteza;

4. Verifique-se junto ao portal da Receita Federal do Brasil as localidades das sedes das empresas listadas no evento 172 do processo nº 0004481-61.2018.8.27.2713, oficiando-se às juntas comerciais dos estados de suas sedes, para que enviem arquivos digitais dos atos constitutivos e respectivas alterações efetivadas até a presente data, pelo e-mail desta promotoria;

5. Diligencie-se na rede mundial de computadores para identificar o CNPJ da empresa ELLOS CONTÁBIL, após o que verifique-se junto ao sítio da Receita Federal do Brasil seu CNPJ, oficiando-se à junta comercial do estado de sua sede, para que envie arquivos digitais de seus atos constitutivos e respectivas alterações;

6. Considerando a demanda ora exposta, determino a notificação dos investigados acima nominados e a nominar após o cumprimento das diligências do item 5, a fim de que prestem informações preliminares acerca do objeto ora investigado;

7. Após, volte-me concluso.

Cumpra-se.

Anexos

Anexo I - PI processo nº 0004481-61.2018.827.2713.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/a36258e0b8a3ca7f713d72fbac8aaf8b

MD5: a36258e0b8a3ca7f713d72fbac8aaf8b

Anexo II - Contrato Social AGROGEO.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/35be350883fe19d5a71725f1e3a3ef38

MD5: 35be350883fe19d5a71725f1e3a3ef38

Anexo III - Ata de Reunião Dissolutória Societária.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/3457c74dc1f012376f9c84e5b5616f3a

file/3457c74dc1f012376f9c84e5b5616f3a

MD5: 3457c74dc1f012376f9c84e5b5616f3a

Anexo IV - Depoimento prestado por Dinorah Maria Ferreira.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/5fbbdf2216b1e48c63ba6a0fa25dcb75

MD5: 5fbbdf2216b1e48c63ba6a0fa25dcb75

Anexo V - Sentença que trata da qualidade de sócia aparente - Dinorah Maria Ferreira.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/903c323cc5b579ed4830479e1543c570

MD5: 903c323cc5b579ed4830479e1543c570

Anexo VI - Depósitos de terceiros Grupo BC.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/ee885f1148cbd4d64fb3d917476da4b3

MD5: ee885f1148cbd4d64fb3d917476da4b3

Anexo VII - Petição interdição da Dinorah.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/45896983da5f4c2e19884ee94ee5a86e

MD5: 45896983da5f4c2e19884ee94ee5a86e

Anexo VIII - Confirmação interdição da Dinorah.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/da3796770ba73068f3b65458594fc3d3

MD5: da3796770ba73068f3b65458594fc3d3

Anexo IX - Trânsito em julgado da interdição da Dinorah.pdf

URL: https://athenas.mpto.mp.br/athenas/FileUploadController/get_file/9a9dcf7a42839099a4526de348a736e7

MD5: 9a9dcf7a42839099a4526de348a736e7

Colinas do Tocantins, 11 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
CALEB DE MELO FILHO
02ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/0959/2022

Processo: 2021.0009509

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu órgão de execução da 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, “caput”, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, II, da Lei nº 8.625/93, nos termos da Resolução nº 23/2007 – CNMP e Ato 073/2016 do PGJ e;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Ato nº 018/2016/PGJ são atribuições da 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins atuar perante a Vara da Família, das Sucessões, da Infância e Juventude;

CONSIDERANDO a tramitação da Notícia de Fato nº 2021.0009509 que tem como interessada a Sra. Antônia Edivânia Carvalho

Soares, representante legal do menor D.C. dos S., acometido por “malformações anorretais”, no qual necessita do fornecimento de leite e fraldas, sendo eles negados ao menor.

CONSIDERANDO que as informações preliminares colhidas em sede da referida Notícia de Fato não foram suficientes para a finalização da demanda apresentada;

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo previsto para a conclusão da Notícia de Fato nº 2021.0009509 devendo neste caso ser instaurado procedimento próprio;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a fiscalização da ordem jurídica e do poder público em várias esferas, além da proteção a direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover procedimentos administrativos e demais ações judiciais que visem garantir direitos fundamentais constitucionalmente previstos, ainda na tutela de direitos individuais indisponíveis.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar, nos termos do art. 8º, incisos II e III, da Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017, o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos entes públicos acerca do adequado fornecimento dos insumos (fraldas e leite), na qual a criança acima mencionada necessita, razão pela qual determino as seguintes:

a) Autue-se o referido expediente, instruindo-a com a notícia de fato mencionada;

b) Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do presente, bem como que se proceda a publicação da presente Portaria no Diário Oficial Eletrônico do MPTO, conforme determina o artigo 9º, da Resolução nº 174/2017 do CNMP;

c) Afixe-se cópia da presente Portaria no mural da sede da Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO para conhecimento da população, lavrando-se a respectiva certidão;

d) Nomeie para secretariar os trabalhos um técnico ministerial, a auxiliar técnica ou o analista ministerial lotado na 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins - TO, o (a) qual deve desempenhar a função com lisura e presteza.;

e) Oficie-se o Núcleo de Apoio Técnico de Saúde – NATJUS-TO, para que preste informações acerca do fornecimento de fraldas e leite, que o menor D.C. dos S. necessita, sendo que os insumos pleiteados já foram solicitados junto à Secretaria Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins-TO.

f) Após, com ou sem resposta, volte-me concluso.

Cumpra-se.

Colinas do Tocantins, 08 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO ALVES BARCELLOS

04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS DO TOCANTINS

8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Inquérito Civil Público nº 2021.0002657 – 8PJG

O Promotor de Justiça, Dr. Roberto Freitas Garcia, Titular da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e art. 18, inciso § 1º, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO, NOTIFICA o denunciante anônimo, acerca da Promoção de Arquivamento proferida nos Autos do Inquérito Civil Público nº 2021.0002657, instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na acumulação ilegal de cargos públicos por Elyezer Rosa de Oliveira, nos termos da decisão abaixo.

Esclarece-se ao interessado que o reportado Procedimento extrajudicial será encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público/TO (endereço constante no site: www.mpto.mp.br), e, até a data de sua sessão, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento em referência, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

920470 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2021.0002657

Trata-se de inquérito civil público instaurado a partir de denúncia em caráter reservado, para apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na acumulação ilegal de cargos públicos por Elyezer Rosa de Oliveira.

Objetivando a instrução do feito, requisitou-se da Secretaria de Saúde de Gurupi/TO os esclarecimentos necessários (evento 20), tendo a resposta pertinente aportado no evento 21.

Após a confirmação da verossimilhança da denúncia, este órgão do MPE promoveu recomendação ao investigado, com o propósito de corrigir a ilegalidade em que se encontrava (evento 23), tendo o mesmo, em resposta, prestado os devidos esclarecimentos (evento 27).

É o relatório necessário, passo a decidir.

Pois bem, consoante se infere da recomendação ministerial encartada no evento 23, expedida no dia 01º/10/2021, o investigado Elyezer Rosa de Oliveira acumulava remuneradamente o cargo público de enfermeiro, no Estado do Tocantins, com lotação no Hospital de Referência de Gurupi/TO e a função comissionada de

Diretor da Policlínica, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Gurupi/TO, situação esta que se apresentava irregular, posto que o art. 57 da Lei Municipal nº 2.421/2019 dispõe que o ocupante de cargo em comissão e de função gratificada submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, circunstância esta que, por si só, estava a impedir que o investigado acumulasse outros cargos, empregos e funções na administração pública, ainda mais quando se tinha em conta que exercia a função Diretor da Policlínica, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Gurupi/TO, e a Lei Federal nº 8.080/1990 é claríssima quando diz, no art. 28, §§ 1º e 2º, que os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), só poderão ser exercidos em regime de tempo integral, contudo, o investigado era servidor contratado do Estado do Tocantins, ocupante do cargo de enfermeiro, com lotação no Hospital de Referência de Gurupi/TO, cargo este que é incompatível com a função comissionada de Diretor da Policlínica, no âmbito da Secretaria de Saúde do Município de Gurupi/TO.

Ocorre, entretanto, que após ser notificado por este órgão ministerial (evento 24), o investigado comprovou, através de documentos oficiais, que antes mesmo da recomendação do Ministério Público, já não mais exercia a função de Diretor da Policlínica do Município de Gurupi/TO, estando a ocupar, neste ente público, tão somente o cargo efetivo de enfermeiro, lotado no SAMU (Serviço Móvel de Urgência), desde o dia 01º/10/2021, que na forma do art. 39, inciso XVI, alínea "c" da Constituição Federal, é cumulável com o cargo de enfermeiro que também exerce no Estado do Tocantins, com lotação no Hospital de Referência de Gurupi/TO, dado que entre os respectivos cargos há compatibilidade de horários.

Nota-se, assim, que a situação de irregularidade, objeto destes autos, fora resolvida consensualmente na esfera extrajudicial.

Destarte, forçoso concluir pela ausência de justa causa que motive o ajuizamento de ação civil pública por este órgão do Ministério Público, nos termos do disposto no art. 18 da Resolução nº 005/2018 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Diante do exposto, promovo o arquivamento do presente procedimento e submeto minha decisão à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, da Lei 7.347/85 e art. 18, inciso I, da Resolução n.º 005/2018/CSMP/TO.

Cientifiquem-se os interessados.

Após, remetam-se os autos ao Conselho Superior do Ministério Público, observado o prazo previsto no artigo 9º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85, anotando-se em livro próprio.

Gurupi, 18 de março de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
ROBERTO FREITAS GARCIA
08ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO
TOCANTINS

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO - PA/0958/2022

Processo: 2022.0003047

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por seu órgão de execução da 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, "caput", combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 26, I, e art. 32, II, da Lei nº 8.625/93, e;

CONSIDERANDO que, é atribuição da 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins atuar perante a Vara da Família, das Sucessões, da Infância e Juventude;

CONSIDERANDO que ao adolescente acusado de prática de ato infracional aplicam-se medidas socioeducativas, em caráter sancionatório, cuja finalidade preponderante é o aspecto pedagógico;

CONSIDERANDO que as medidas socioeducativas previstas no art. 112, I a IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser aplicadas tendo em vista, fundamentalmente, as necessidades pedagógicas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do adolescente;

CONSIDERANDO que cabe aos municípios a criação e manutenção de política destinada ao atendimento de crianças e adolescentes, incluindo-se a implantação de programas de atendimento a adolescentes a quem se atribua a prática de ato infracional e suas respectivas famílias, conforme preveem os arts. 101 e 129 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO que, em municípios onde não houver estrutura para o cumprimento de medidas protetivas e socioeducativas em meio aberto, o adolescente não pode ser penalizado pela omissão do Poder Público;

CONSIDERANDO que é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 18, 70 e 73 do ECA);

CONSIDERANDO que o acompanhamento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto pressupõe uma dupla dimensão para sua execução: a proteção social e a responsabilização;

CONSIDERANDO que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevê em seu artigo 5º que compete ao Município: I – formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II – elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III – criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

CONSIDERANDO os parâmetros para a composição de equipe de referência do CREAS, do caderno de orientações técnicas de Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que os municípios de

pequeno porte I, II e Médio porte, devem dispor de: 01 coordenador, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 advogado, 02 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 01 auxiliar administrativo;

CONSIDERANDO o fato público e notório de que na Comarca de Paraíso do Tocantins, para o acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, há somente 01 psicóloga e 01 assistente social na equipe, havendo a urgente necessidade de melhorias no programa;

CONSIDERANDO que os membros do Ministério Público com atribuição para acompanhar a execução de medidas socioeducativas devem inspecionar, com a periodicidade mínima anual, as unidades executoras dos programas municipais/distrital de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto sob sua responsabilidade, nos moldes da Resolução n.º 204, de 16 de Dezembro de 2019 do CNMP;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover procedimentos administrativos e demais ações judiciais que visem garantir direitos fundamentais constitucionalmente previstos, ainda na tutela de direitos individuais indisponíveis.

RESOLVE:

Instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar e fiscalizar, nos termos do art. 8º, incisos II e III, da Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017, do CNMP, a efetivação do PROGRAMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO, em virtude da possível falta de profissionais capacitados na composição do órgão fiscalizador destas, para que sejam realizadas melhorias no atendimento e controle do órgão executor nos municípios da comarca de Paraíso do Tocantins, razão pela qual, determino as seguintes diligências:

- a) Oficie-se por E-doc o CAOPIJE, para que este realize inspeção em todas as equipes de execução das medidas socioeducativas em meio aberto dos municípios pertencentes a comarca de Paraíso, por meio de um cronograma de visitas, com a finalidade de averiguar a eficácia e eventuais melhorias necessárias ao programa;
- b) Comunique-se ao Conselho Superior do Ministério Público a instauração do presente, bem como que se proceda a publicação da presente Portaria no Diário Oficial Eletrônico do MPTO, conforme determina o artigo 9º, da Resolução nº 174/2017 do CNMP;
- c) Afixe-se cópia da presente Portaria no mural da sede da Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins/TO para conhecimento da população, lavrando-se a respectiva certidão;
- d) Nomeie para secretariar os trabalhos os servidores lotados junto a 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins - TO, os quais devem desempenhar a função com lisura e presteza;
- e) Após, com ou sem resposta, volte-me concluso.

Cumpra-se.

Paraíso do Tocantins, 08 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
ARGEMIRO FERREIRA DOS SANTOS NETO
03ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

RECOMENDAÇÃO

Processo: 2022.0002098

RECOMENDAÇÃO Nº 005/2022

Procedimento Administrativo nº 2021.0002098

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, pelo Promotor de Justiça que subscreve, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, incisos II e IV, da Constituição Federal, no artigo 27, inciso I, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no artigo 48 da Resolução nº 003/2018/CSMP/TO.

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo MP-TO nº 2021.0004812, instaurado pela 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, com atuação na saúde pública, que trata do acompanhamento do relatório de fiscalização do CRM/TO;

CONSIDERANDO que o artigo 127, caput, da Constituição Federal de 1988 estatui que o Ministério Público é "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (CR, artigo 129, II); bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, artigo 37, caput)

CONSIDERANDO que a eficiência na Administração Pública inclui o esforço para evitar desperdício, conferindo-se ainda uma prestação de serviço de qualidade apto a ensejar satisfação do interesse público;

CONSIDERANDO que o princípio da dignidade da pessoa é fundamento da República Federativa do Brasil, segundo preconiza o artigo 1º, III, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO ser a saúde um direito fundamental social, inserido no artigo 6º da Constituição Federal, assegurado, nos termos do artigo 196 da Carta Magna, como "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei nº 8.080/90, as ações e serviços de saúde que integram o Sistema Único de Saúde são organizados de forma regionalizada, regidos pelos princípios da universalidade do acesso, da integralidade da assistência e da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e

humanos de todos os entes federativos;

RESOLVE RECOMENDAR:

Ao Município de Paraíso do Tocantins/TO, na pessoa do prefeito Celso Soares Rego Moraes e por todas as autoridades a ele vinculadas ou que venham a substituí-los que adotem todas as providências necessárias para suprir as recomendações e as irregularidades apontadas no relatório do CRM/TO, Processo 078/2016/TO, Demanda 482/2021/TO, referente a Unidade Básica de Saúde Wilfran Marinho Ferreira, a saber, ipsi litteris:

“24. RECOMENDAÇÕES

24.1. SEGURANÇA

24.1.1. AUSENCIA DE SEGURAN;A DURANTE O DIA: Item recomendatório

24.2. FORMULÁRIOS

24.2.1. Termo de consentimento esclarecido: Item recomendatório de acordo com Resolução CFM nº 1931/09 (Código de Ética Médica), Resolução CFM nº 2056/2013 e Portaria MS/SVS Nº 344/1998

24.3. COLETA GINECOLÓGICA / CITOLÓGICA

24.3.1 1 estetoscópio de Pinard: Item recomendatório de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

24.4. SALA DE OBSERVAÇÃO E NEBULIZAÇÃO

24.4.1. Solução glicosada 5%, tubos de 500ml: Item recomendatório de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

24.4.3. 1 central de nebulização com 5 saídas: Item recomendatório de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25. IRREGULARIDADES

25.1. INFORMAÇÕES CADASTRAIS

25.1.1. Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica: Item não conforme de acordo com Resolução CFM Nº 2056/2013, RDC Anvisa nº 63/11, art. 31: O serviço de saúde deve manter disponíveis registros de formação e qualificação dos profissionais compatíveis com as funções desempenhadas, Lei nº 6839/80, art. 1º: O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros e Resolução CFM nº 1980/11 (cadastro/registo)

25.2. SALA DE PRÉ-CONSULTA DA ENFERMAGEM

25.2.1. 1 estetoscópio tipo infantil: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.3. COLETA GINECOLÓGICA/CITOLÓGICA

25.3.1. Espéculos Collins tamanhos P, M, G: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.3.2. Frasco de lugol ou solução equivalente: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.3.3. Solução de ácido acético: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.4. BANHEIRO GINECOLÓGICO

25.4.1. SANITÁRIO SEM TAMPA: Item não conforme

25.4.2. LIXEIRA SEM TAMPA E PEDAL: Item não conforme

25.5. SALA DE ATENDIMENTO DA ENFERMAGEM

25.5.1. 1 estetoscópio infantil: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.6. Consultório MÉDICO

25.6.1. 1 armário vitrine: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.6.2. 2 cestos de lixo: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.6.3. 1 biombo ou outro meio de divisória: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.6.4. 1 estetoscópio clínico infantil: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.7. EPI

25.7.1. AVENTAL COM GRAMATURA INFERIOR A 40o: ITEM RECOMENDAT[ORIO

25.8. SALA DE PROCEDIMENTOS/CURATIVOS

25.8.1. Solução glicosada 5%, tubos de 500ml: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.8.2. Solução Ringer Lactato, tubos de 500ml: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.9. SALA DE IMUNIZAÇÃO/VACINAÇÃO

25.9.1. Armário tipo vitrine: Item não conforme de acordo com Manual Somasus; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.9.2. Arquivo de aço com gaveta: Item não conforme de acordo com Manual Somasus; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.9.3. No momento da vistoria, foi observada a falta de vacinas: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013; Manual Somasus

25.10. ESTERILIZAÇÃO/EXPURGO

25.10.1. Fluxo de entrada e saída adequado: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.2. Área física com barreira entre área limpa e área suja: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.3. Fluxo adequado de materiais: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.4. Fluxo adequado de funcionários: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.5. Armários com revestimento lavável para guarda de materiais: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.6. Guarda adequada de materiais: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.7. Normatização dos procedimentos internos: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa, Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.10.8. Controle de qualidade dos procedimentos de esterilização por meio biológico: Item não conforme de acordo com RDC Anvisa,

Nº 15/2012; Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.11. EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS MÍNIMOS PARA O ATENDIMENTO DE INTERCORRÊNCIAS – ANESTESIA LOCAL SEM SEDAÇÃO

25.11.1. Cânulas orofaríngeas (Guedel): Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.11.2. Desfibrilador Externo Automático (DEA): Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

25.11.3. Medicamentos para atendimento de parada cardiorrespiratória e anafilaxia: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013; Portaria Ms/GM nº 2048/02, anexo, item 1.3

25.11.4 Fonte de oxigênio com máscara aplicadora e umidificador: Item não conforme de acordo com Resolução CFM, Nº 2056/2013

O envio da presente recomendação será feito via e-mail com aviso de recebimento e/ou aplicativo de mensagens de telefonia móvel (e.g. WhatsApp), ou pessoalmente ao prefeito.

Deverá a autoridade científica adotar as providências cabíveis ao atendimento desta recomendação, prestando informações ao Ministério Público das providências adotadas no prazo de 15 (quinze) dias.

Em caso de não acatamento desta RECOMENDAÇÃO, o Ministério Público informa que poderá adotar, a depender da justificativa apresentada, as medidas legais necessárias a fim de assegurar a sua implementação, inclusive através de ajuizamento da ação civil pública cabível.

EFICÁCIA DA RECOMENDAÇÃO: A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, e poderá implicar a adoção de todas as providências administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra os responsáveis inertes em face da violação dos dispositivos legais e direitos acima referidos.

A presente RECOMENDAÇÃO tem natureza preventiva e corretiva, na medida em que seu escopo é o cumprimento da legislação vigente, assim como o de evitar a responsabilização civil, administrativa e criminal dos agentes que descumprirem as orientações nela estabelecidas.

OBS: A resposta deve ser encaminhada diretamente no e-mail: rodrigovargas@mpto.mp.br

Paraíso do Tocantins, 08 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS
04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

920109 - DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo: 2022.0001673

Trata-se de Notícia de Fato instaurada em 24/02/2022, mediante denúncia anônima (protocolo 07010459102202281), relatando suposta violência psicológica e emocional praticada pela atual diretora da Escola Estadual Riachuelo, Joana da Rosalândia, aos

alunos e professores, além de alegada ausência de estrutura, de materiais, de cuidado na manipulação de produtos perigosos e de aplicação do protocolo de prevenção à COVID-19.

Em resposta às requisições, a gestora da Escola Estadual Riachuelo expediu ofício (ev. 8), no qual nega as acusações, bem como afirma que sua conduta sempre foi pautada de acordo com o regimento escolar e a normativa de 2022. Relatou ainda que, foi realizada vistoria na escola, por parte da Diretoria Regional de Ensino - DRE, que na oportunidade todos foram ouvidos, inclusive os alunos, seus genitores e demais funcionários da escola.

Por outro lado, a DRE, a partir da vistoria realizada na unidade executora e depois de ouvidos os envolvidos, emitiu relatório de averiguação (ev. 9), no qual afirma que as ações da nova diretora estão pautadas no regimento escolar e na normativa 2022. Porém, os alunos ainda estão em uma fase de transição com a chegada da nova diretora, vez que esta havia assumido o cargo há apenas 30 (trinta) dias, e que os problemas ora denunciados já estariam sendo gradativamente resolvidos dentro da própria unidade executora.

No tocante à estrutura da escola, o Secretário de Estado da Educação informou que, no ano de 2019, a escola passou por uma reforma, envolvendo troca de cobertura, reforma elétrica, instalação de forro e pintura geral na unidade escolar. Discorreu ainda sobre a estrutura física da escola e sobre a manipulação de materiais perigosos, afirmando que serão remetidas recomendações a todas as Diretorias Regionais de Educação, com o intuito de evitar problemas dessa natureza e proporcionar maior segurança (ev. 12).

É o relato do que interessa.

Depreende-se das respostas que a nova diretora tem pautado suas ações nos regulamentos existentes, bem como buscado as melhores soluções para resolver as demandas internamente, ou seja, na própria gestão da unidade escolar em conjunto com os pais e outros envolvidos. Destaque-se, ademais, que a lida com questões internas é de responsabilidade do próprio gestor escolar.

Ressalta-se que, quanto à aplicação do protocolo de prevenção à Covid-19, a Secretaria da Educação promoveu formação e treinamento, por meio de Encontros Formativos, direcionados aos professores, equipe pedagógica, responsáveis pela limpeza, manutenção, alimentação e atendimento ao público, para garantir a efetivação na prevenção contra a Covid-19 (ev. 12).

Diante de tudo que fora mencionado, resta demonstrado que todos os regulamentos estão sendo seguidos, de forma que a gestora da escola está no uso de suas atribuições legais, estando os alunos devidamente assistidos em suas necessidades escolares no momento, não restando assim nenhuma razão para manutenção destes autos.

Desta forma, promove-se o arquivamento desta Notícia de Fato, na forma do Art. 5º, inciso II, da Resolução 05/18 do CSMP-TO, devendo os interessados serem notificados desta decisão.

Comunique-se o CSMP-TO.

Não havendo recurso, baixe definitivamente os autos.

Cumpra-se.

Porto Nacional, 11 de abril de 2022

Documento assinado por meio eletrônico
LUIZ FRANCISCO DE OLIVEIRA
04ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Subprocurador-Geral de Justiça

ABEL ANDRADE LEAL JÚNIOR
Chefe de Gabinete do PGJ

MARCELO ULISSES SAMPAIO
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

CELSIMAR CUSTÓDIO SILVA
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

RICARDO ALVES PERES
Promotor de Justiça Assessor do PGJ

ALAYLA MILHOMEM COSTA RAMOS
Diretora-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

LUCIANO CESAR CASAROTI
Presidente do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI
Procuradora de Justiça

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Procuradora de Justiça

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
Procurador de Justiça

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LUCIANO CESAR CASAROTI
Presidente do Conselho

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
Membro

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro

MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA
Membro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA
Corregedor-Geral

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Corregedor-Geral Substituto

EDSON AZAMBUJA
Promotor de Justiça Assessor do Corregedor-Geral

THAIS MASSILON BEZERRA CISI
Promotora de Justiça Assessora do Corregedor-Geral

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCOS LUCIANO BIGNOTTI
Ouvidor

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

CYNTHIA ASSIS DE PAULA
Diretora-Geral do CESAF-ESMP

DIRETORIA DE EXPEDIENTE

ÁREA OPERACIONAL DE PUBLICIDADE DOS ATOS OFICIAIS - AOPAO

DANIELE BRANDÃO BOGADO
Diretora



A autenticidade do DOMP/TO poderá ser confirmada no link: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/docsverify/verify/> ou pelo Código QR por meio da chave que se encontra no rodapé da página.

Endereço: 202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, Palmas-TO, Fone: (63) 3216-7604

Disponível em: <https://www.mpto.mp.br/portal/servicos/diario-oficial>